

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Maria Eduarda Dimon

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO RURAL: a realidade do município de
Antônio Carlos/SC a partir do olhar de diferentes gerações

Florianópolis
2023

Maria Eduarda Dimon

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO RURAL: a realidade do município de
Antônio Carlos/SC a partir do olhar de diferentes gerações

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Profa. Dra. Sirlândia Schappo

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dimon, Maria Eduarda

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO RURAL: a realidade do município de Antônio Carlos/SC a partir do olhar de diferentes gerações / Maria Eduarda Dimon ; orientadora, Sirlândia Schappo, 2023.

80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

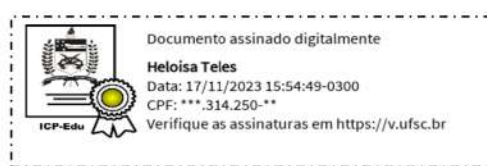
1. Serviço Social. 2. Gênero. 3. desigualdade de gênero. 4. mulheres do campo. 5. gerações. I. Schappo, Sirlândia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Maria Eduarda Dimon

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO RURAL: a realidade do município de Antônio Carlos/SC a partir do olhar de diferentes gerações

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Florianópolis, 06 de novembro de 2023.

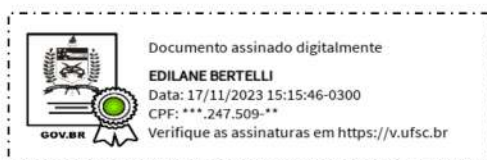


Coordenação do Curso

Banca examinadora



Profª. Sirlândia Schappo, Dra.
Orientadora



Profª. Edilane Bertelli, Dra.
Avaliadora, Departamento de Serviço Social - UFSC



Profª. Mailiz Garibotti Lusa, Dra.
Avaliadora, Departamento de Serviço Social - UFSC

Florianópolis, 2023.

AGRADECIMENTOS

Este TCC é o resultado do apoio de inúmeras pessoas que ao longo da minha graduação, e de minha vida, de alguma forma contribuíram com a minha jornada, que está apenas começando. Buscarei expressar aqui minha gratidão a algumas delas.

Inicialmente quero agradecer à minha família por todo o suporte e esforços. Ao meu pai, Vilmar, por toda a confiança depositada e sua incansável labuta diária para proporcionar as condições necessárias para que eu pudesse concluir meus estudos com conforto, mesmo custando o seu desconforto. A minha mãe, Cleonice, mulher guerreira que ama suas filhas de forma incondicional e cuida delas sem medir esforços, sem seus sacrifícios e apoio eu não chegaria aqui. A minha irmã, Tatiane, por ser um exemplo de superação e garra. Muito devo a vocês.

Meu muito obrigada se estende aos meus avós. Sr. Arlindo, homem de inteligência encantadora que vai além de qualquer diploma e dono de um coração enorme, com quem espero ainda compartilhar muitas conquistas. Dona Miriam (in memoriam), que mesmo que tenha nos deixado cedo, permanece no meu coração e foi indispensável na construção da mulher que sou hoje.

Agradeço também a minha companheira, Marcella, que me acompanhou durante toda a graduação, me incentivando e tranquilizando a cada passo. Obrigada por me fazer acreditar que posso, mesmo quando acho que não. Qualquer jornada fica muito mais leve com você.

Às amigas que construí ao longo da caminhada, tanto na graduação quanto no campo de estágio. Laura, que me acompanha desde a primeira semana de aula e com quem dividi momentos muito importantes. Ana Larissa, que chegou no meio da caminhada e tornou-se uma ótima aliada, com quem divido constantes inseguranças e esperanças. Às Sabrinhas, do campo de estágio. Sabrina S., minha supervisora de campo que se tornou uma grande amiga, a quem sou grata por todas as contribuições profissionais e pessoais. Sabrina V., por toda confiança depositada e amizade construída. Muito obrigada.

De forma não menos importante, agradeço à minha orientadora, professora Sirlândia, por toda a paciência, compreensão e comprometimento. Ao longo de nossa jornada juntas, que se iniciou já no PET/SSO, tive o privilégio de conviver com suas contribuições e conhecimentos, que foram basilares e me despertaram ainda mais interesse pela temática desenvolvida neste trabalho. Agradeço profundamente pelo acolhimento e por sua maestria enquanto orientadora.

Por fim, agradeço de forma especial as 12 mulheres antônio-carlenses que aceitaram participar da pesquisa aplicada para este TCC, as quais me receberam carinhosamente em suas casas e contribuíram de forma grandiosa com suas vivências.

RESUMO

Este trabalho busca adentrar na realidade experienciada por mulheres agricultoras de Antônio Carlos/SC de diferentes gerações no tocante às desigualdades de gênero. A partir do mesmo construiu-se um panorama sobre as agricultoras antônio-carlenses, suas inserções sociopolíticas e culturais e a incidência destas nas suas concepções sobre o papel da mulher na família e na sociedade. Para além disso, construiu-se conhecimentos sobre as concepções em relação às desigualdades de gênero entre diferentes gerações, considerando as experiências delas em relação a suas inserções na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, no acesso à educação escolar, entre outros espaços da sociedade. Para que isso fosse possível, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica em conjunto com uma pesquisa de campo, em que se aplicou uma entrevista semiestruturada com dois grupos de mulheres do município em questão, o primeiro grupo composto por idosas e o segundo por adolescentes - em que a revisão bibliográfica foi responsável por construir base teórica para as análises e discussões provindas dos resultados. Os resultados obtidos apontam para um avanço no acesso à educação por estas mulheres, e uma alteração da dinâmica e relação com o plantio conforme as gerações. Como também se evidencia uma continuidade da atribuição de alguns papéis às mulheres quando se analisa a divisão sexual do trabalho ainda presente, mesmo que com menor força, nas famílias entrevistadas mais jovens. Além disso, foi possível observar que as entrevistadas adolescentes apresentam percepções diferentes sobre algumas perspectivas que atravessam o gênero se comparadas às entrevistadas idosas. No demais, evidenciou-se algumas necessidades emergentes como a ampliação de políticas de distribuição de terra e de renda, políticas públicas direcionadas às mulheres do campo, abertura de Escolas do Campo no território antônio-carlense, construção de experiências e de políticas na perspectiva agroecológica, entre outras.

Palavras-chave: gênero; desigualdade de gênero; mulheres do campo; gerações.

ABSTRACT

This work seeks to delve into the reality experienced by women farmers from Antônio Carlos/SC of different generations regarding gender inequalities. From this, an overview was built on Antônio-Carlense women farmers, their socio-political and cultural insertions and the impact of these on their conceptions of the role of women in the family and society. Furthermore, knowledge was built on the conceptions regarding gender inequalities between different generations, considering their experiences in relation to their insertions in the sexual division of labor, power relations, access to school education, among others. spaces of society. To make this possible, this research was developed based on a bibliographical review in conjunction with field research, in which a semi-structured interview was carried out with two groups of women from the municipality in question, the first group composed of elderly women and the second composed of adolescents - in which the bibliographic review was responsible for building a theoretical basis for the analyzes and discussions arising from the results. The results obtained point to an advance in access to education for these women, and a change in the dynamics and relationship with planting according to the generations. A continuity in the attribution of some roles to women is also evident when analyzing the sexual division of labor that is still present, even if with less force, in the younger families interviewed. Furthermore, it was possible to observe that teenage interviewees had different perceptions about some perspectives that cut across gender compared to elderly interviewees. In the rest, some emerging needs were highlighted, such as the expansion of land and income distribution policies, public policies aimed at rural women, the opening of Rural Schools in the antônio-carlense territory, construction of experiences and policies from an agroecological perspective, among others.

Keywords: gender; gender inequality; rural women; generation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Condição do produtor em relação às terras conforme sexo a partir do Censo Agropecuário de 2017.....	24
Quadro 2 - Perfil das Entrevistadas Idosas - Grupo 1.....	44
Gráfico 1 - Tipos de Cultivo - Grupo 1.....	45
Quadro 3 - Perfil das Entrevistadas Adolescentes - Grupo 2.....	46
Gráfico 2 - Tipos de Cultivo - Grupo 2.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CEASA - Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina

CF - Constituição Federal

E. E. B. - Escola Estadual Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MMA/SC - Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

OMA - Organização das Mulheres Agricultoras

PNS - Pesquisa Nacional de Saúde

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PL - Projeto de Lei

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO: ASPECTOS CONCEITUAIS, HISTÓRICOS E NOS ESPAÇOS RURAIS	14
2.1 <i>A CATEGORIA GÊNERO.....</i>	14
2.2 <i>DESIGUALDADES DE GÊNERO.....</i>	20
2.2.1 O Patriarcado e seu papel na reprodução das desigualdades	21
2.2.2 Desigualdade de gênero e suas expressões na realidade	22
2.2.3 Desigualdade de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: os papéis historicamente atribuídos aos homens e as mulheres no meio rural	27
3 DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES NO CAMPO: a realidade do município de Antônio Carlos/SC.....	37
3.1 <i>ANTÔNIO CARLOS/SC: ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS.....</i>	37
3.2 <i>DESIGUALDADES DE GÊNERO E OS PAPÉIS ATRIBUÍDOS AOS HOMENS E ÀS MULHERES NO MEIO RURAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC.....</i>	40
3.2.1 Procedimentos metodológicos	41
3.2.2 Resultados da Pesquisa e análise dos dados	43
3.2.2.1 Perfil das entrevistadas e da produção familiar	44
3.2.2.2 Relações de Poder, participação social e política	51
3.2.2.3 Entre o trabalho e a ajuda: diferenças e continuidades nas percepções sobre o papel da mulher entre diferentes gerações.....	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE I - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	76
APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ADOLESCENTES.....	77
APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - IDOSAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) fundamenta-se na compreensão de que o gênero desempenha um papel crucial na construção das identidades femininas e masculinas, moldando a dinâmica social e as relações de poder entre mulheres e homens. As desigualdades de gênero, resultantes da diferenciação entre mulheres e homens por meio das construções sociais de identidade de gênero, são consideradas resquícios do patriarcado, um sistema no qual os homens "chefes de família" detêm controle e poder sobre seus dependentes.

Como uma das principais manifestações das desigualdades de gênero aponta-se a divisão sexual do trabalho, que prioriza a atribuição de atividades produtivas e socialmente valorizadas aos homens, enquanto as mulheres são predominantemente direcionadas para esferas reprodutivas, envolvendo responsabilidades não remuneradas e muitas vezes desvalorizadas, como aquelas relacionadas à família e ao lar¹.

Os estudos já existentes na literatura destacam que há forte evidência da divisão sexual do trabalho no contexto da agricultura familiar, espaço em que os homens geralmente assumem as responsabilidades ligadas à geração de renda, como o cultivo, plantio e vendas de produtos, enquanto as mulheres são comumente atribuídas às tarefas domésticas e de cuidado.

No levantamento bibliográfico que fundamenta as discussões deste trabalho destacam-se autores e autoras como: Joan Wallach Scott, Heleieth Saffioti, Suely Souza de Almeida, entre outras, que desenvolvem seus estudos sobre o conceito de gênero e suas implicações, que foram amplamente utilizados durante a fundamentação teórica do presente trabalho.

A realidade do município de Antônio Carlos/SC, local em que esta pesquisa foi realizada, é fortemente marcada pelas desigualdades de gênero. O município de Antônio Carlos localiza-se na grande Florianópolis, com uma população total de 11.295 habitantes (IBGE, 2023). Atualmente as hortaliças representam o cultivo predominante na região, geralmente a partir de um modelo de policultura de pequena escala com uso de mão de obra familiar. Sua produção é em grande parte direcionada para o mercado "in natura", principalmente na Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A (CEASA) em São José/SC, como também em feiras locais e sacolões na região.

¹ Conforme dados da PNAD Contínua de 2019 (IBGE, 2020) referentes à média de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, no ano em questão enquanto as mulheres apresentaram uma média total de 21,4 horas dedicadas, entre os homens a média foi de somente 11 horas.

Entre as motivações pessoais da autora por este tema de pesquisa, destaca-se aquela relacionada ao fato de a pesquisadora ter uma ligação direta com a realidade rural desde o seu nascimento através do município em questão. Embora seus pais e ela própria não estejam envolvidos no cultivo, parte de sua família e os demais vizinhos com os quais sempre conviveu continuam a realizar esse tipo de atividade até os dias de hoje.

Este contato direto com a agricultura permitiu um acúmulo de vivências à pesquisadora que foram permeadas por reflexões e questionamentos também no âmbito acadêmico acerca das desigualdades de gênero presentes naquele ambiente. Este sentimento de descontentamento e crítica sobre a realidade vivenciada pelas mulheres agricultoras antônio-carlenses, marcadas pela desvalorização e invisibilidade, foi nutrido cotidianamente em espaços de formação no curso de Serviço Social. Este espaço permitiu relevantes discussões de bases teóricas e científicas à pesquisadora, gerando um propósito íntimo de refletir os conhecimentos adquiridos à realidade em que esteve imbricada durante toda sua existência - culminando na pesquisa em questão.

O objetivo deste estudo foi compreender a realidade das agricultoras de Antônio Carlos/SC, evidenciando suas inserções sociopolíticas e culturais e como esses fatores moldam suas percepções acerca do papel da mulher na família e na sociedade. Além disso, buscamos analisar as concepções das agricultoras de diferentes gerações em relação às desigualdades de gênero, focalizando especificamente suas visões sobre o trabalho da mulher, suas responsabilidades, grau de autonomia e posição na estrutura familiar e na sociedade como um todo.

Para contemplar os objetivos elencados, este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica em conjunto com uma pesquisa de campo, esta consistiu na aplicação de uma entrevista semiestruturada com dois grupos de mulheres do município em questão. A revisão bibliográfica possibilitou a construção de uma base teórica para as análises e discussões provindas dos resultados das entrevistas, que foram constituídas por 17 questões e aplicadas de forma individual com dois grupos, o primeiro composto por idosas e o segundo por adolescentes.

No que diz respeito ao tema desta pesquisa, as mulheres camponesas e suas relações no âmbito das desigualdades de gênero, embora já existam consideráveis estudos realizados, tais investigações não são suficientes para abarcar a complexidade do assunto. É necessário que se intensifique os esforços na construção de novos conhecimentos sobre o tema, visto a continuidade histórica dessa questão marcada pelas diversas intersecções de desigualdades ainda presentes no modo de produção capitalista. Evidencia-se também que é de extrema

importância dar voz e espaço para a categoria de mulheres do campo, para suas históricas, lutas e resistências, já que ao longo do tempo elas muitas vezes foram invisibilizadas, até mesmo como autoras de sua própria história. Questão esta fundamental para a desconstrução de uma sociedade de classes e do papel nela atribuído às mulheres, ou seja, mulheres fortemente subordinadas, com suas liberdades e vontades desconsideradas, sendo sempre colocadas em um segundo plano em prol da família ou ocupando trabalhos precarizados e com remunerações inferiores aos dos homens².

Como apresentado nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 5), “o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista”. Dessa forma, no cotidiano da intervenção os profissionais constantemente se deparam com demandas que perpassam a questão de gênero, o que torna urgente reforçar o olhar profissional para este tema nas suas mais diversas especificidades.

Os estudos sobre a mulher camponesa destacam-se assim como imprescindíveis para uma atuação profissional que se produza com base em conhecimentos críticos sobre a área. Estudos estes que possam contribuir para a construção e disseminação de bases sólidas para o enfrentamento de questões resultantes dos desdobramentos das desigualdades de gênero na sociedade. A perspectiva deste TCC situa-se no sentido de uma efetiva contribuição do Serviço Social na construção de espaços e caminhos que possibilitem a desconstrução de relação de dominação, exploração e opressão em suas diversas intersecções de classe, gênero e étnico-raciais.

É importante ressaltar que o projeto ético-político do Serviço Social, possui como um de seus princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética o compromisso com um projeto profissional associado à criação de uma nova ordem social, livre de dominação, exploração de classes, diferenças étnicas e de gênero.

Vivenciamos um período de forte expansão neoliberal, expressa no Brasil especialmente a partir da década e 1990, acentuando-se e aliando-se aos avanços do conservadorismo e de vertentes neofascistas no período de 2019-2022. Este contexto impacta diretamente no avanço de ideias que legitimam as desigualdades de gênero e que atribuem papéis conservadores às mulheres. Compreende-se assim, que em nossa profissão em diversos aspectos, tanto no âmbito

² Conforme dados da PNAD Contínua de 2019 (IBGE, 2020), no ano em questão os homens apresentaram um rendimento médio mensal 28,7% maior do que das mulheres. Considerando todas as fontes de renda, enquanto a média salarial dos homens era de R\$2.555,00, a média das mulheres era somente R\$1.985.

da formação quanto da atuação é indispensável manter nosso caráter crítico e interventivo em ambas as esferas, sempre nos colocando do lado da classe trabalhadora – inclusive para buscar a superação das desigualdades de gênero ainda presentes no campo.

O trabalho em questão divide-se em três capítulos centrais. O primeiro é responsável pelo embasamento teórico, abordando aspectos conceituais e históricos das desigualdades de gênero, subdividindo-se para abarcar a categoria gênero, o patriarcado, as expressões das desigualdades de gênero na realidade como também especificamente no meio rural. Já o segundo dá luz a pesquisa de campo realizada, contextualizando de forma histórica e cultural o município de Antônio Carlos/SC, apresentando os procedimentos metodológicos adotados e a apresentação e análise dos resultados obtidos por meio das entrevistas. Por fim, o terceiro capítulo abrange as considerações e proposições finais em relação à análise realizada anteriormente.

Por fim, objetiva-se que este trabalho contribua de forma efetiva na construção de conhecimento sobre as realidades experienciadas pelas mulheres do campo, tratado aqui especificamente do município de Antônio Carlos/SC, mas que o mesmo não se resuma a isto - sendo passível de ultrapassar o campo teórico e imbricar-se no cotidiano da luta pela superação das desigualdades de gênero, de classe e étnico-raciais.

2 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO: ASPECTOS CONCEITUAIS, HISTÓRICOS E NOS ESPAÇOS RURAIS

Este primeiro capítulo analisa aspectos conceituais sobre gênero e as desigualdades históricas de suas configurações, em especial nos espaços sócio territoriais rurais. A primeira subseção abordará a categoria gênero, apresentando um breve contexto histórico, destacando autores relevantes no estudo da temática e conceitos desenvolvidos pelas mesmas. Nesta seção também serão abordados alguns dos avanços e conquistas históricas na discussão e nas políticas ligadas ao tema. Como objetivo, não se busca esgotar o tema, nem mesmo as autoras abordadas, mas introduzir o tema para as subseções seguintes do trabalho que apresentarão aprofundamentos e desdobramentos sobre o mesmo - tratando especificamente sobre desigualdade de gênero.

2.1 A CATEGORIA GÊNERO

No cotidiano torna-se evidente a diferenciação de posições ocupadas entre mulheres e homens em nossa sociedade, fato em que o gênero se constitui como pilar estruturante para o estudo de tal realidade. “Mesmo que existam diferenças biológicas entre os sexos, não são elas que determinam as desigualdades entre eles” (Filho, 2005, p. 139). A categoria *gênero* vem sendo estudada e aprofundada há diversas décadas, apresentada por diferentes autores, com as mais diversas linhas de conceituação - inexistindo uma explicação de uso geral.

A partir do Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (2023), ao buscar-se pela palavra ‘Gênero’ encontramos: “conceito de ordem geral que abrange todas as características ou propriedades comuns que especificam determinado grupo ou classe de seres ou de objetos” e “grupo de seres ou objetos de mesma origem, de iguais ou semelhantes características essenciais ou de uma ou mais particularidades similares”. A gramática apresenta gênero como um sistema para classificação de fenômenos, sendo necessário cuidado ao utilizar o que é apresentado pela mesma como conceito - visto que a relação entre a gramática e gênero é cheia de possibilidades inexploradas (Scott, 1989).

No cotidiano, por vezes é chamado de gênero tudo aquilo que tem relação com sexo fora da maneira física, porém, mais comumente a categoria é elucidada para referir-se às diferenças atribuídas e/ou “naturais” entre mulheres e homens (Scott; Urso, 2021, p. 181) - frequentemente com “enfoque programático ou metodológico”, no sentido de apenas descrever e não questionar. Como apresentado pela autora Lerner (2019, p. 67), “o gênero, em particular,

tem importância simbólica, bem como ideológica e legal, tão forte na maioria das sociedades, que não podemos entendê-lo sem prestar atenção a todos os aspectos de seu significado”.

As autoras Scott e Urso (2021) ao desenvolverem sobre a história da categoria gênero e apontam que nas décadas de 1970 e 1980 os estudos sobre a categoria gênero foi melhor desenvolvida e aprofundada pelas feministas, consolidando-se como importante trabalho teórico que proporcionou repensar os determinantes nas relações entre os sexos.

Entre as décadas de 1960 e 1980, tanto no Brasil como internacionalmente, intensificou-se a presença das mulheres em espaços como manifestações estudantis, movimentos operários, lutas políticas e sociais etc., além do alargamento de lutas específicas das mulheres (Louro, 1995). A presença delas em tais espaços possibilitou uma maior visibilidade às mulheres como agentes sociais, contribuindo nesta expansão e legitimação dos estudos relacionados à temática gênero por parte das feministas. Reforça-se que nunca houve um único sentido e uso para a categoria gênero (Scott; Urso, 2021).

Os estudos sobre gênero foram importantes em diversos sentidos, propiciando diversos avanços em áreas específicas do conhecimento. Tratando de tais avanços é possível observar uma série deles na tratativa sobre os diferentes papéis e funções atribuídos para os diferentes sexos e no desenvolvimento de estudos das categorias ‘mulher’ e ‘homem’, que variavam - e ainda variam - conforme o passar do tempo e o contexto local. Para além destes podem ser citados outros importantes estudos como os relacionados às questões de poder, às definições de masculinidade e feminilidade, da maneira como as estruturas simbólicas afetaram as vidas e práticas de pessoas comuns etc. (Scott; Urso, 2021).

Entre os diversos autores que discutem a temática de gênero destaca-se Joan Scott, já citada anteriormente e de grande relevância, que conceitua gênero como uma categoria útil à história como um todo, não somente as das mulheres (Filho, 2005). A autora em questão é norte-americana, professora de Ciências Sociais e especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França - uma das mais relevantes estudiosas sobre o uso da categoria gênero na história.

A autora apresenta que o conceito de gênero foi criado para se opor àquilo trago pelo determinismo biológico no tocante a relações de gênero (Filho, 2005), sendo muito mais abrangente, criticando as tradicionais teorias de gênero construídas exclusivamente sob a lógica de oposição masculino/feminino (Scott, 1989).

Conforme apresentado por Filho (2005), Scott discute três posições teóricas sobre os estudos de gênero, em que cada uma possui suas deficiências. A primeira posição teórica trata de uma tentativa feminista de compreender as origens do patriarcado. A segunda se situa numa

tradição marxista e busca um compromisso com a crítica feminista. E por fim, a terceira encontra-se dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto - que busca inspiração em diferentes escolas da psicanálise para elaborar explicação sobre a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Tratando das deficiências de cada teoria, para a autora a primeira teoria não é suficiente para apresentar como a desigualdade de gênero estrutura as demais desigualdades. A segunda teoria fica muito presa à causalidade econômica, além de não explicar como o patriarcado se desenvolve fora do capitalismo - além da tendência de considerar gênero como um subproduto das estruturas econômicas cambiantes. Já a terceira teoria, faz “depende a produção da identidade de gênero e a gênese da transformação de estruturas de interação relativamente pequenas, além de limitar o conceito de gênero à esfera doméstica e da família” (Filho, 2005, p. 133).

Para Scott (1989, p. 21), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Segundo a autora, o gênero se preocupa com a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do feminino e do masculino, de forma com que a partir dele é possível observar a organização concreta e simbólica da vida social e a maneira com que o poder está conectado nas relações entre mulheres e homens (Filho, 2005).

Como outra importante autora estudiosa da temática de gênero podemos citar Heleieth Saffioti, professora e socióloga marxista, pioneira nos estudos relacionados à questão da mulher a nível nacional (Motta, 2018). A autora realizou seus estudos não se debruçando somente sobre as relações de gênero, mas também sobre as diferenças sociais - articulando gênero com raça e classe - destacando a questão de gênero como um dos pilares centrais para a manutenção de privilégios, hierarquias e do status social (Motta, 2018).

Para o estudo de tal temática a autora Saffioti parte da relação capital e trabalho, considerando as especificidades das diferenças entre mulheres e homens, observando a classe trabalhadora como composta por dois gêneros. Saffioti refere-se às diferenças como base para a construção de poder, sendo necessário o conhecimento sobre o contexto histórico para a identificação das hierarquias sociais e as desigualdades ali presentes (Motta, 2018).

Sobre gênero Saffioti apresenta que “o conceito de gênero se situa na esfera social, diferente do conceito de sexo, posicionado no plano biológico” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 183), de forma que ele se constitui como um regulador de condutas femininas e masculinas e suas relações sociais. A mesma ainda destaca que o gênero não somente regula as relações entre

mulheres e homens como também entre mulheres e entre homens, regulando os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos (Da Veiga Silva, 2019).

Ao discorrer sobre a temática, Saffioti traz à luz questões importantes que apontam para a naturalização por parte da sociedade do processo de atribuição de papéis distintos entre mulheres e homens, que são reforçados a partir da educação e criam as identidades sociais (Saffioti, 1987). A autora apresenta que através da construção e manutenção da identidade social atribuída às mulheres, naturalizam-se as mesmas como inferiores devido a dominação histórica por parte dos homens, de forma com que uma elaboração social passa a ser vista como natural. A partir da identidade de gênero, todas as mulheres são equalizadas de um lado, e todos os homens de outro (Saffioti, 1997). A autora também se destaca pela articulação entre gênero e patriarcado (Motta, 2018), que será abordado no decorrer do presente trabalho.

Conforme apresentado por Santos (2008), a noção de gênero atua como uma divisão social que realça a ideia de que as diferenças de gênero são de origem social e estrutural, de maneira com que os homens possuem mais poder social do que as mulheres. Para além disso, as identidades de gênero servem como base para a estruturação da experiência, empregando sentidos diferentes ao mundo das mulheres e dos homens. Por fim, o autor ressalta que as relações de gênero representam desigualdades basilares nas estruturas da sociedade, existindo igualmente fora dos modos que categorizam o ser “mulher” e “homem”.

A partir da breve conceituação realizada acima, através de diferentes autores, podemos identificar particularidades gerais acometidas às mulheres a partir de discursos naturalizados apoiados em fatores biológicos - sem nenhuma comprovação científica - de forma com que “a inferioridade feminina é exclusivamente social” (Saffioti, 2001, p. 15).

Como ainda apresentado pela autora:

Geralmente, a mulher é associada a valores considerados negativos, tais como, emoção, fragilidade, resignação. Tais valores contêm ideias como: a mulher é incapaz de usar a razão, não é capaz de lutar contra ocorrências adversas, já que se conforma com tudo; é insegura. Estes característicos são apresentados como inerentes à mulher, isto é, como algo que a mulher traz desde o nascimento. Na verdade, estes traços de personalidade são adquiridos ao longo do processo de socialização (Saffioti, 2001, p. 34).

Dessa maneira, tais discursos apresentam as mulheres como inferiores aos homens, atrelando como “natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público” (Saffioti, 2001, p. 11). Como parte disso, mas não somente, a partir da criação das identidades de gênero os espaços domésticos de cuidado com a casa e com os filhos passam a fazer parte daquilo posto como uma “natureza feminina”, como algo sempre desempenhado pelas mulheres, visto a desvalorização social de tal espaço (Saffioti, 2001).

Conforme apresentado pela autora Lerner (2019), as mulheres acabam contribuindo no processo de própria subordinação há milênios, visto que são psicologicamente moldadas de forma que internalizam uma suposta inferioridade própria. “A falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas” (Lerner, 2019, p. 360).

Atualmente, perante os atuais contextos vivenciados, os estudos sobre a categoria gênero se tornam ainda mais necessários e relevantes, porém os mesmos necessitam superar o enfoque programático ou metodológico já citado anteriormente. Para além de meras descrições, os estudos precisam proporcionar campos próprios para questionamentos, não focando apenas nos papéis atribuídos a mulheres e homens, mas na própria construção da diferença sexual (Scott; Urso, 2021) - como se propõe o presente trabalho.

Como apresentado pelas autoras Pedro e Guedes (2010), a partir dos estudos desenvolvidos ao longo dos anos sobre o termo gênero foi possível visualizar e analisar com maior clareza as discriminações atreladas a ele e até então vistas como naturais - que empregam alguns comportamentos como ‘adequados às mulheres’. Dessa maneira, o avanço de tais estudos permitiu uma melhor compreensão dos conjuntos de ações e atribuições que colocam as mulheres em posições de desigualdade em relação aos homens, fortalecendo a luta das mulheres.

A luta das mulheres está na libertação das amarras de um senso moral construído pela cultura machista, cristalizada durante séculos. Não é apenas pela igualdade econômica e política que as mulheres conquistam seu espaço; mas são, também, na construção de uma sociedade livre de relações preconceituosas e discriminações. Trata-se de uma luta pela liberdade, para além da equiparação de direitos, e pelo respeito à alteridade (Pedro; Guedes, 2010, p. 5).

Como destaque na luta das mulheres aponta-se o movimento feminista, que iniciou suas ações mais notoriamente no final da década de 1960 nos Estados Unidos e na França, buscando combater as desigualdades e explorações baseadas no sexo, objetivando uma emancipação política (Pedro; Guedes, 2010). No Brasil, tal movimento também se iniciou na década de 1960, mas ainda com traços peculiares visto que mantinham traços conservadores (Pedro; Guedes, 2010), ganhando maior destaque a partir da década de 1970 ao defender duas bandeiras: a incorporação das mulheres no mundo do trabalho e a liberdade política no país (Pontes; Damasceno, 2017).

O movimento feminista possui papel central nas conquistas históricas, sendo responsável por uma série de lutas em prol das mulheres, como a busca por “visibilidade e garantia de direitos, ampliando o debate de questões como gênero, participação política, divisão

sexual do trabalho, violência contra a mulher, pobreza e políticas de emprego e os movimentos feministas” (Pontes; Damasceno, 2017, p. 5).

Também é importante apontar a relevância do mesmo tratando de políticas públicas, com papéis fundamentais nos anos de 1980 e 1990, propondo a articulação de políticas públicas de diversas áreas como saúde, educação, assistência social e trabalho - consolidando-se como “mecanismos de visibilidade, garantia de direitos, autonomia e fortalecimento das mulheres nos espaços públicos e privados da sociedade brasileira” (Pontes; Damasceno, 2017, p. 5).

Como apresentado pela autora Karam (2015), foram notáveis os avanços conquistados pelo movimento feminista, principalmente em relação a “afirmação e garantia dos direitos das mulheres, a superação das relações de subordinação fundadas na ideologia patriarcal e da construção de nova forma de convivência entre os gêneros” (Karam, 2015, p. 1). Porém, mesmo com tais avanços, a ideologia patriarcal ainda resiste.

Também relacionada ao avanço da categoria gênero e o movimento feminista, visto o impacto que ele possui no campo acadêmico, podemos citar a ampliação dos estudos e avanços legais referentes à identidade de gênero - que se tornam relevantes pois se os corpos ganham sentido socialmente através das construções de gênero, eles podem se identificar ou não com seu sexo biológico (Louro, 2000 *apud* Gonçalves; Gonçalves, 2021). Como apresentado pela autora Piscitelli (2009), as novas leituras sobre gênero buscam eliminar qualquer naturalização da noção de diferenciação sexual.

A partir dessa abordagem mais moderna que passa a considerar a identidade de gênero suas identificações pessoais, as pessoas deixam de estar restritas às classificações lineares (homens x mulheres), havendo novas leituras sobre gênero: passando a compreender o binarismo de transgêneros e cisgêneros (Piscitelli, 2009).

Segundo a autora Jesus (2012), a distinção entre pessoas cisgênero e transgênero se dá a partir da concordância ou discordância entre a identidade de gênero autodeclarada (pessoal) e o sexo anatômico designado no nascimento (biológico) (Jesus, 2012, *apud* Alves, 2017). Dessa forma, cisgêneros são pessoas que nascem com determinado sexo biológico e se identificam com as construções sociais que são correspondentes a tal gênero, enquanto os transgêneros são entendidos como aquelas que nasceram em determinado sexo biológico, porém se identificam tanto identitariamente como psicologicamente com o sexo oposto (Gonçalves; Gonçalves, 2021).

Em meio a estes significativos avanços no tocante ao gênero, é importante ressaltar que vivemos em um período histórico de forte retomada do conservadorismo moral e político em nosso país em que questões de diversidade sexual e de gênero são amplamente atacadas. A

partir da supervalorização da estrutura da família e do fortalecimento de valores tradicionais, atinge-se questões de gênero e sexualidade, visto que “uma das marcas do pensamento conservador é sua oposição ao racionalismo é sua valorização da experiência e do preconceito” (Nisbet, 1987 *apud* Barroco, 2009, p. 172).

Como apresentado pelo autor Ferreira (2016), a definição de família contida no Estatuto da Família, sendo ela a união entre homem e mulher, tem sido uma das grandes tendências do projeto político conservador que retoma a ascensão no Brasil. Segundo o autor, uma das preocupações desse conservadorismo é que as crianças e jovens deixem de valorizar “as tradições de subserviência familiar e rigidez patriarcal nos papéis hierárquicos destinados às famílias” (Ferreira, 2016, p. 174).

O conservadorismo moral exige uma compulsoriedade quanto à questão de gênero, de forma que para uma pessoa ser socialmente aceita como mulher ou homem, a mesma precisa se comportar de acordo com os modos específicos socialmente acometidos a cada um, além de possuir determinadas capacidades naturais consideradas femininas ou masculinas (Ferreira, 2016).

Dessa forma, apoiados na desculpa de defesa da família e da nação, retomam-se e intensificam-se posicionamentos machistas, misóginos e transfóbicos - que ceifam a liberdade dos indivíduos e representam perdas significativas nos debates e avanços relacionados à temática.

2.2 DESIGUALDADES DE GÊNERO

A presente subseção, algumas temáticas referentes aos estudos sobre as desigualdades de gênero. Inicialmente apresenta uma breve contextualização e conceituação sobre o patriarcado, que ocupa posição central na origem das desigualdades de gênero. Depois, expõe dados referentes às desigualdades de gênero, seguido de uma abordagem geral sobre as manifestações das mesmas. E por fim, discute o tema da divisão sexual do trabalho, outro ponto chave relacionado aos estudos sobre gênero.

As discussões sobre desigualdade de gênero são inerentes aos estudos sobre gênero e permitem aprofundar desdobramentos provenientes da categoria para além da mera conceituação e/ou descrição. A partir das desigualdades de gênero, apresentam-se as diferenciações atribuídas às mulheres e aos homens mediante identidades sociais construídas, manifestando-se em diversos espaços e de diferentes formas, alterando-se conforme espaço e tempo.

2.2.1 O Patriarcado e seu papel na reprodução das desigualdades

Conforme apresentado por Saffioti (2001), acredita-se que os homens tenham estabelecido domínio sobre as mulheres há muitos milênios, cerca de seis - de forma com que as diversas transformações econômicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos dois séculos não tenham sido suficientes para apagar todos os resquícios empregados nas questões de gênero. É possível afirmar que “as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores” (Saffioti, 2004, p. 48).

Como apresentado pela autora Lerner (2019), o patriarcado é resultante de um longo processo histórico que levou mais de 2000 anos para concluir-se, servindo de molde e base de vida das mulheres por milhares de anos - principalmente na forma do patriarcado de dominação paternalista. A autora Lerner (2019) ainda apresenta que é necessário cuidado ao utilizar o termo patriarcado, visto que o mesmo também pode remeter a um significado muito limitado e tradicional.

Tratando deste significado limitado, o patriarcado é apresentado como um sistema em que o homem chefe de família detém total poder legal e econômico de seus familiares dependentes, tanto mulheres como homens, historicamente derivado do direito grego e romano, com fim no século XIX. Porém, o que se identifica historicamente é que a dominação patriarcal dos homens chefes de família sobre seus parentes antecede a Antiguidade Clássica. Observa-se que ela se inicia já no terceiro milênio a.C, ainda não existindo um fim, estando presente até os dias atuais - apenas alterando-se as formas com que a dominação masculina se apresenta na realidade (Lerner, 2019).

Já a definição mais ampla colocada pela autora para o patriarcado apresenta o mesmo como a manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre mulheres e crianças na família, estendendo tal dominância dos homens sobre as mulheres para a sociedade como um todo. Nessa perspectiva, os homens possuem o poder em todas as instituições relevantes da sociedade, de forma com que as mulheres ficam restritas de acessar tal poder - não de forma total, ainda estando suscetíveis a direitos, influência e recursos (Lerner, 2019).

A autora Lerner (2019) ao tratar sobre a família patriarcal aponta que a subordinação dos filhos meninos em relação ao pai é temporária, durando apenas até que os mesmos se tornem responsáveis por suas casas e passem também a dominar. Já a dominação do pai/marido sobre as filhas meninas e sobre as esposas perpetua-se por toda a vida, e nos casos das filhas, no momento em que se tornam esposas passam também a ser dominadas por outro homem. Dessa maneira, meninos e meninas, definidos pelo gênero, são preparados “para assumir papéis de

gênero adultos, que, em grande parte, situam mulheres dentro da esfera de reprodução em uma sociedade desigual em termos de sexo” (Chodoreow *apud* Lerner, 2019, p. 74).

No decorrer de suas reflexões a autora Lerner (2019) aponta que para a manutenção e sustentação da dominação masculina, o patriarcado apoia-se em “instituições como a família, as religiões, a escola e as leis” (Lerner, 2019, p. 21), utilizando de ideologias que apresentam as mulheres como naturalmente inferiores. Lerner (2019) ainda exemplifica, apresentando que por meio do patriarcado foi possível estabelecer o trabalho doméstico como de obrigação das mulheres, de forma não-remunerada e não reconhecida enquanto trabalho, como algo natural e instintivo de todas as mulheres.

No que se refere a perpetuação e funcionamento do sistema patriarcal, a autora afirma que o mesmo só é possível através da cooperação por parte das mulheres - instituída através da

doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam (Lerner, 2019, p. 21).

Dessa forma, as próprias mulheres acabam contribuindo e participando no processo de sua subordinação através da internalização da ideia de inferioridade criada pela estrutura patriarcal. E, apesar de todos os avanços ocorridos nas últimas décadas, desde transformações econômicas, sociais como culturais, que refletem positivamente nas conquistas feministas, ainda vivemos no patriarcado (Lerner, 2019).

2.2.2 Desigualdade de gênero e suas expressões na realidade

Como apresentado na seção anterior, mesmo com os avanços ocorridos nas últimas décadas ainda vivemos no patriarcado, de forma com que os impactos e desdobramentos provenientes do mesmo são facilmente identificados em nossa sociedade. A seguir, serão apontados alguns dados na tentativa de elucidar e dimensionar a desigualdade de gênero no Brasil, que atravessa diversas dimensões da vida social.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019 coletou dados que possibilitaram dimensionar o número médio de horas despendidas nos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas por pessoas de 14 anos ou mais de idade. Observou-se que enquanto entre os homens atingiu-se uma média de 11 horas semanais, as mulheres apresentaram 21,4 horas semanais (IBGE, 2020). A diferença entre o número de horas semanais

apresentadas pelos homens e pelas mulheres indica que as últimas realizam quase o dobro de trabalho no âmbito doméstico.

Apresentou-se ainda a soma de horas semanais trabalhadas combinando os trabalhos remunerados e domésticos. Enquanto os homens apresentaram 51,2 horas semanais, as mulheres apresentaram 54,3 (IBGE, 2020). Já referente ao nível de ocupação de pessoas entre 25 e 49 anos que possuem criança com idade inferior a 3 anos residindo no domicílio, os dados apontam que enquanto 89,2% dos homens encontram-se ocupados, apenas 54,6% mulheres fazem o mesmo (IBGE, 2020). Esses dois últimos dados apresentados reforçam que a responsabilidade prioritária dos trabalhos domésticos e dos filhos recaem sobre as mulheres.

Somando-se ao dado acima, tratando da porcentagem de ocupação informal em atividades não agrícolas em 2019, as mulheres representam 40,3% enquanto os homens 37,08% (IBGE, 2020). Sendo possível observar a predominância de mulheres em trabalhos socialmente menos reconhecidos, geralmente sem nenhum tipo de proteção, como o caso de trabalhos domésticos informais, de cuidado com crianças e idosos etc.

Tratando do número de estabelecimentos rurais dirigidos por cada sexo em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017 (CA), enquanto os homens dirigiam um total de 4.110.450 estabelecimentos, as mulheres apenas 946.075 (IBGE, 2018) - pouco mais de 18% do total de estabelecimentos. Sobretudo, tais números ainda representam grande avanço se comparados aos dados de 2006, em que haviam 656.255 estabelecimentos dirigidos por mulheres (IBGE, 2007).

Apesar do avanço, o acesso das mulheres à terra se diferencia em relação ao tamanho da área da propriedade. Conforme dados do CA 2017 (IBGE, 2018), entre as propriedades de agricultura familiar, 22,6% das mulheres detêm áreas com tamanho entre 0 e 20 hectares, enquanto considerando propriedades maiores de 1000 hectares, as mulheres detêm somente 12,82% delas. Dessa forma, observa-se que o percentual de mulheres dirigentes cai drasticamente à medida que aumenta o tamanho da área da propriedade em questão (Hora et al., 2021).

Importante salientar que, conforme dados do CA 2017 (IBGE, 2018), dentre os 946.075 estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres, aqueles que não possuem área de terras representam 2,16% do total, o que equivale a 20.480 estabelecimentos. Por outro lado, entre os 4.110.450 estabelecimentos dirigidos por homens, os que estão na mesma situação representam 1,37%, ou seja, 56.465 estabelecimentos. Conforme tabela abaixo:

Quadro 1 – Condição do produtor em relação às terras conforme sexo a partir do Censo Agropecuário de 2017

Condição do produtor em relação às terras	Sexo do Produtor		Proporção em relação ao total de estabelecimentos rurais dirigidos	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Proprietário(a)	754.191	3.341.256	79,7%	81,3%
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	60.749	197.201	6,4%	4,8%
Arrendatário(a)	14.647	143.599	1,5%	3,5%
Parceiro(a)	19.281	94.999	2,0%	2,3%
Comodatário(a)	53.332	196.117	5,6%	4,8%
Ocupante	23.395	80.813	2,5%	2,0%
Sem área	20.480	56.465	2,16%	1,37%

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir disso, observa-se que proporcionalmente as mulheres têm uma maior participação no número de produtores rurais sem área se comparado ao total de estabelecimentos dirigidos por cada sexo. Da mesma maneira, as mulheres também representam proporcionalmente um maior índice enquanto concessionária ou assentadas aguardando titulação definitiva, comodatárias e ocupantes. Constata-se a partir do quadro 1 que a condição de propriedade reproduz na concretude e compreende os fundamentos das desigualdades de gênero, onde apenas 754.191 mulheres são proprietárias, enquanto 3.341,256 homens encontravam-se nesta condição em 2017.

Conforme dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, também há uma grande diferença de gênero no tocante ao acesso e uso de serviços de saúde. Os dados mostram que as mulheres buscam de forma mais recorrente os serviços de saúde, pelos mais diversos motivos. Tratando do acesso a consultas médicas nos 12 meses anteriores à realização da entrevista, enquanto as mulheres representaram uma porcentagem de 82,3%, os homens foram apenas 69,4% (IBGE, 2020). Como apresentado pela autora Rita Barradas Barata (2009), ao analisarmos dados como este é preciso considerar as questões de gênero, visto que

o papel universal e histórico conferido às mulheres como responsáveis pelos cuidados dos filhos e de outros membros da família, provavelmente determina a maior atenção para as questões de saúde e doença e, portanto, percepção mais aguçada para os próprios problemas (Barata, 2009, p. 82).

A PNAD 2021 apresenta dados sobre a população ocupada por sexo segundo setores no ano de 2021. No setor agropecuário os homens representaram 82% enquanto as mulheres 18%, e na indústria, os homens representaram 67,5% e as mulheres 32,5%. Já no setor de serviços domésticos, as mulheres representaram 91% enquanto os homens apenas 9% (IBGE, 2022). O que se observa é a baixa ocupação por parte das mulheres em setores como agropecuária e indústria, restando às mesmas o setor como o de serviços domésticos, geralmente considerados com empregos inferiores, de menor reconhecimento e de cuidados - como já explicitado acima.

A mesma pesquisa ainda apresentou a média de remuneração por hora a partir do trabalho principal, em real. Desconsiderando o nível de instrução, os homens apresentaram uma média de R\$15,40 por hora trabalhada, enquanto as mulheres nas mesmas condições R\$14,00. Já especificamente do grupo com ensino superior completo, a média de remuneração por hora masculina foi de R\$36,60, enquanto a feminina foi R\$26,00 (IBGE, 2022). A partir disso é possível observar a discrepância entre a remuneração das mulheres e dos homens em cargos de ensino superior completo, em que os homens recebem proporcionalmente 29% a mais.

No tocante à vida pública, segundo dados apresentados pelo site oficial da Câmara dos Deputados (2023), de 535 deputados que exercerão mandato ao longo da 57ª legislatura (01/02/2023 à 31/01/2027), incluindo licenciados, 93 são mulheres. Dessa forma, apenas 17% do número total de deputados brasileiros são mulheres, uma parcela muito pequena que nos remete à reflexão sobre as possibilidades concretas de acesso das mulheres a tais espaços.

As características e os padrões de comportamentos atribuídos às mulheres através do gênero e da herança patriarcal as colocam como emotivas, frágeis e naturalmente responsáveis pelo espaço doméstico (Safiotti, 2001). Inerente ao espaço doméstico, o cuidado dos filhos e daqueles que demandam de atenção também são postos como de responsabilidade natural das mulheres - devido suas *'características e habilidades naturais'* - de forma com que as meninas são desde seu nascimento chamadas a assumirem tais papéis.

O que na verdade se observa, como já posto anteriormente, é que a responsabilização de tais espaços pelas mulheres ocorre pois eles são considerados de baixo valor. Enquanto as mulheres realizam todo o trabalho sem reconhecimento e remuneração, possibilitam que os homens estejam livres para ocupar espaços valorizados socialmente - como empregos, cargos políticos etc.

A partir do que já foi posto e dos dados citados na subseção acima, que não são suficientes para esgotar a realidade, é possível observar que no cotidiano brasileiro atual os afazeres domésticos e de cuidados ainda são de fato designados às mulheres - o que impacta em todas as outras esferas da vida das mesmas, como o caso da educação, mercado de trabalho etc.

Tratando do âmbito educacional, as desigualdades de gênero também são latentes. Nas últimas décadas foi possível observar-se importantes avanços em relação ao acesso das mulheres tanto à educação básica como de ensino superior em nosso país. Segundo dados de 2019, as mulheres ocupam 49,1% das matrículas nas escolas públicas brasileiras (INEP, 2020) e 57% das matrículas em cursos de graduação no país (INEP, 2020). Em 2021, 72,5% dos alunos matriculados em licenciaturas eram mulheres (INEP, 2022) porém, tais avanços não foram suficientes para sanar as desigualdades de gênero na educação e nas ciências.

Tratando especificamente sobre o ensino superior de nosso país, apesar da crescente presença das mulheres em tal espaço, mantiveram-se suas escolhas disciplinares (Lima, 2013). Dessa forma, observa-se uma perpetuação de cursos *'de mulheres'* e *'de homens'*, evidenciando a forma com que as desigualdades de gênero presentes na sociedade influenciam “a formação do vínculo com o conhecimento, criando a divisão sexual do trabalho também no campo da ciência” (Lima, 2013, p. 799).

Conforme dados apresentados pelo Censo da Educação Superior de 2019, a proporção de mulheres entre os estudantes concluintes de cursos de graduação presenciais de Engenharia e correlatos era apenas de 24% (INEP, 2020), enquanto em cursos da área de Ciências Biológicas e correlatas era de 68,1% (INEP, 2020).

Tais dados nos levam à reflexão sobre o baixo acesso a áreas de conhecimento em ciências exatas e tecnológicas, muito valorizadas socialmente, enquanto nas áreas como Ciências Biológicas, muitas vezes ligadas ao *'cuidado'*, prevalece a presença de mulheres. Para além disso, é possível identificar o “decréscimo da participação de mulheres nas ciências em oposição à ascensão da presença feminina nas etapas de ensino, carreiras e profissões; ou seja, quanto maior a escalada de poder e prestígio, menor é o número de mulheres” (Sígolo *et al*, 2021, p. 5).

Em relação ao contexto político, a temática das desigualdades de gênero entre homens e mulheres voltou a ser uma questão ressaltada na agenda política a partir de 2023. Em 1 de janeiro de 2023 assumiu o 39º presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que reacendeu a esperança de avanço político no que tange os direitos das mulheres, mesmo considerando as limitações e contradições de tal governo.

Seu antecessor, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, foi responsável por incentivar e permitir o alargamento do conservadorismo moral e político que impacta diretamente nas vivências e sobrevivência das mulheres - inclusive dissolvendo a Secretaria Especial de Política para Mulheres. Além disso, seu governo foi responsável pela redução de mais de 90% das verbas destinadas às políticas voltadas para as mulheres no orçamento previsto para o ano de 2023 (Da Cruz, 2022).

Logo no início do mandato do atual presidente Lula já foi possível observar avanços no cenário feminino, visto a expressiva participação de mulheres no corpo de seu governo - em que 11 dos 37 ministros são mulheres, possuindo pela primeira vez uma mulher à frente do Ministério da Saúde (BRASIL, 2023). Além disso, já no início do governo foi instituído o Ministério das Mulheres, sendo que no governo anterior essa área dividia orçamentos com outras questões como Família e Direitos Humanos.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2023 o Brasil voltou a ter um Ministério com objetivo central de elaborar e a implementar políticas para as mulheres, sendo ocupado pela Ministra Aparecida Gonçalves, especialista em gênero e em enfrentamento à violência contra mulheres, além de ativista de defesa dos direitos das mulheres há mais de 40 anos (BRASIL, 2023).

Neste cenário, no dia 13 de março de 2023 foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) de nº 1085/2023 do Poder Executivo, assinado pela Ministra das Mulheres e pelo Ministro do Trabalho e Emprego. O PL 1085/2023 que dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício da mesma função, alterando a Consolidação das Leis de Trabalho e prevendo multa de 10 vezes o valor do maior salário pago pela empresa em caso de descumprimento, sendo elevada em 100% caso ocorra reincidência (BRASIL, 2023).

O PL representa um grande avanço na luta pela igualdade das mulheres e demonstra o interesse do atual governo em construir políticas voltadas às mesmas. Historicamente as mulheres sofrem com menores remunerações para as mesmas funções exercidas por homens, e mesmo para aquelas com ensino superior completo, a média dos salários das mulheres mantém-se muito inferior.

2.2.3 Desigualdade de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: os papéis historicamente atribuídos aos homens e as mulheres no meio rural

Como um forte desdobramento proveniente da desigualdade de gênero, podemos citar a divisão sexual do trabalho, evidenciada pelos dados citados acima e articulada a outras manifestações resultantes da questão de gênero. Por muito tempo as responsabilidades domésticas não eram consideradas trabalho, o que possibilitou o silenciamento e invisibilidade das relações assimétricas e de poder entre os sexos (Sousa; Guedes, 2016). “A partir do momento em que o trabalho doméstico passou a ser analisado como atividade de trabalho, tanto quanto o trabalho profissional, caminhos foram abertos para pensar em termos de ‘divisão sexual do trabalho’” (Hirata; Kergoat, 2007 *apud* De Queiroz *et al.*, 2019, p.2).

Como apresentado pelas autoras Hirata e Kergoat (2007), a partir das relações sociais entre mulheres e homens provêm a divisão sexual do trabalho, que possui como características centrais a atribuição prioritária dos homens à esfera produtiva e de relevância, já as mulheres, à esfera reprodutiva (oposta daquela que produz renda) - de forma que os homens se apropriam e ocupam majoritariamente funções de maior valor social e maiores remunerações, como cargos políticos, religiosos, militares etc.

A autora Lusa (2008) apresenta que a divisão sexual do trabalho é muito evidente no âmbito da agricultura familiar, espaço em que os homens são responsáveis por tarefas ligadas à geração de renda, como “o cultivo dos campos, inclusive no corte, ou nos dias atuais, na preservação das matas, a construção de cercas, as relações comerciais de vendas de produtos, compra de insumos, maquinários, a aquisição de bens ou financiamentos, etc.” (Lusa, 2008, p. 99). Enquanto as mulheres são responsáveis por tarefas domésticas, que se estendem aos arredores da casa:

É neste espaço que a mulher realiza as tarefas destinadas à reprodução familiar, como os cuidados com a casa, com a comida, com a educação dos filhos, com o cultivo da horta e cuidados com o jardim, as pequenas criações de gado, aves e suínos, etc. (Lusa, 2008, p. 99).

A divisão sexual do trabalho baseia-se em dois princípios centrais, o primeiro refere-se à separação e o segundo a hierarquia (Hirata; Kergoat, 2007). O princípio de separação consiste na ideia de que existem trabalhos exclusivos aos homens e outros às mulheres, já o princípio hierárquico aponta para a superioridade dos trabalhos realizados pelos homens em relação àqueles exercidos por mulheres. As autoras Hirata e Kergoat (2007) ainda afirmam que tais princípios citados encontram-se presentes em todas as sociedades conhecidas, sendo “legitimados pela ideologia naturalista” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599), de formas variadas conforme tempo e espaço.

Dessa maneira, reforçando a ideia posta inicialmente de que as diversas transformações não foram suficientes para alterar as relações de gênero, surgem novas configurações da divisão sexual do trabalho - de forma com que “tudo muda, mas nada muda” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 600).

Com as transformações ocorridas no cenário socioeconômico no século XX, principalmente na década de 1990 com a forte globalização ocorrida no mundo, foram diversos os impactos sobre as relações de gênero. Conforme apresentado pela autora Hirata (2002), enquanto os empregos ocupados por homens regrediram ou estagnaram, ocorreu um aumento significativo do trabalho remunerado das mulheres, “fragilizando de modo conjunto a dicotomia entre público e privado e o modelo homem provedor e mulher cuidadora” (Sousa; Guedes, 2016, p. 123). Dessa maneira, “notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica” (Hirata, 2002, p. 143).

A divisão sexual do trabalho pode ser analisada a partir da ideia de complementaridade entre os sexos, ou até mesmo na ideia de uma conciliação dos papéis. A autora Hirata (2015) apresenta quatro modelos de divisão sexual do trabalho, que existem ao mesmo tempo, são eles: modelo tradicional, modelo da conciliação, modelo da parceria e por fim, modelo da delegação - em que este último vem tornando-se hegemônico.

O primeiro modelo, chamado de tradicional, trata das realidades em que os papéis relacionados ao cuidado da família e do trabalho doméstico são assumidos exclusivamente pelas mulheres, enquanto os homens ficam responsáveis por ‘prover’ a renda e o sustento. Dessa maneira, neste modelo as mulheres não trabalham fora de casa, se tornando ultrapassado para a realidade brasileira, estando ainda presente principalmente em domicílios em que o número de filhos dificulta a “conciliação” entre o âmbito doméstico e profissional (Hirata, 2015).

No segundo modelo, de conciliação, as mulheres são responsáveis por conciliar de forma quase exclusiva os cuidados com a família e o âmbito doméstico juntamente com a vida profissional. “Em geral, incumbe apenas às mulheres operarem essa conciliação” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 604). Neste modelo, a mulher trabalha fora e realiza praticamente todo o trabalho doméstico, visto que os homens não possuem uma ‘norma social’ que indique necessidade de realização de tal trabalho (Hirata, 2015).

No terceiro modelo, de parceria, as mulheres e os homens dividem igualmente as tarefas domésticas e de cuidados com a família. Porém, para que este modelo funcione é preciso que exista igualdade entre as condições de ambos os lados, de forma com que a autora questiona:

“será que existe, hoje, igualdade na posição dos homens e das mulheres na família e na sociedade?” (Hirata, 2015, p. 5).

Por fim, no quarto modelo, já apontado como atualmente hegemônico, a mulher acaba delegando o trabalho doméstico e com a família a outras mulheres. Dessa maneira, para que determinadas mulheres possam realizar seu trabalho profissional (geralmente de maior apreço social), outras mulheres desprovidas de recursos e necessitando de trabalho remunerado para prover sustento a família, realizam tarefas pertinentes ao cuidado da casa e dos filhos (Hirata, 2015). A autora Hirata (2015, p. 6) ainda afirma que “o primeiro grupo de mulheres não pode existir sem o outro”.

A partir disso, as atividades femininas concentram-se ainda nos dias atuais em subempregos e/ou em setores como de serviços pessoais, saúde e educação - refletindo também os dados já apresentados anteriormente referentes à educação superior de nosso país. Além disso, a maior presença das mulheres em empregos remunerados e locais públicos não significa que se alterou totalmente os limites das responsabilidades privadas femininas, o cuidado com a família e os trabalhos domésticos continuam sendo de responsabilidade das mulheres (Sousa; Guedes, 2016).

Como apresentado pelas autoras Sousa e Guedes (2006, p. 125):

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas.

Ao ‘conciliar’ o trabalho no âmbito doméstico juntamente com trabalho remunerado, as mulheres mantêm-se em locais desprivilegiados, realizando duplas e até mesmo triplas jornadas, visto que ao realizar o trabalho produtivo, não há uma diminuição do tempo dedicado à reprodução social. Para além disso, recaem sobre as mesmas a necessidade de por vezes realizarem serviços domésticos de forma remunerada e posteriormente de forma não remunerada em seu próprio domicílio.

Como já apresentado, mesmo com a expansão da ocupação feminina em trabalhos remunerados as desigualdades de gênero ainda são enormes e se dão de diversas maneiras para além da responsabilização do âmbito doméstico. As mulheres não têm acesso às mesmas profissões que os homens - estando limitadas a um número restrito de atividades, possuem baixas perspectivas de promoção, possuem salários inferiores aos dos homens mesmo

desenvolvendo as mesmas atividades, ocupam na maioria das vezes trabalhos vulneráveis e precários etc. (Hirata, 2015).

O âmbito rural constitui-se como um cenário em que as desigualdades de gênero também se encontram presentes, com peculiaridades específicas relacionadas a tal realidade. Segundo o último Censo Agropecuário do Brasil (2017), 15 milhões de pessoas ocupavam-se com atividades agropecuárias distribuídas em 351 milhões de hectares de estabelecimentos em nosso país (IBGE, 2018). Neste cenário de grande relevância, o campo é permeado por diversas peculiaridades e características específicas, em sua maioria marcado pelas desigualdades de gênero.

Como apresentado por Lusa (2008, p. 98), “a divisão sexual do trabalho na agricultura é permeada pela tradicional e cultural dominação masculina de forma muito mais intensa que noutros contextos, gerando uma desigualdade tanto nas relações de trabalho quanto nas relações sociais”, visto que há uma forte transmissão de valores, que são preservados, e por vezes perpetuam e naturalizam tais relações de gênero.

Embora as mulheres sejam responsáveis pelo desenvolvimento de atividades com grandes impactos na dinâmica rural, a organização do trabalho na agricultura é realizada de forma com que se torne comum que aqueles realizados pelas mulheres não sejam reconhecidos como trabalho propriamente, além de diversas outras questões. É possível identificar grande dificuldade em quebrar os padrões culturais que foram estabelecidos há muitos séculos em nossa sociedade, de forma com que os homens mantêm-se ocupando os papéis centrais de poder e relevância social.

Para além do trabalho especificamente, são muitas as desigualdades de gênero presentes nas vivências femininas no campo, que se expressam de diversas maneiras, iniciando já na infância e perdurando-se durante toda a vida das mulheres. “Em diversas esferas como trabalho, poder de decisão na propriedade e nas negociações, renda, autonomia, sexualidade, liberdade, lazer, dentre outros, a mulher jovem encontra-se ainda numa posição de desfavorecimento” (Aguar; Stropasolas, 2010, p. 173).

Como exemplo disto podemos citar o fato de que desde ainda muito pequenos há um forte viés de gênero empregado na educação das crianças. Por meio da educação e forte coerção social, as filhas mulheres são condicionadas a ocupar somente os espaços domésticos e da horta com a mãe, enquanto os filhos homens participam do cultivo e decisões junto ao pai (Aguar; Stropasolas, 2010). Dessa maneira, na maioria das vezes “as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar pelas questões relacionadas à gestão da propriedade,

ao trabalho na agricultura ou à produção agropecuária de uma forma geral” (Aguiar; Stropasolas, 2010, p. 169).

Conforme apontado por Schwendler (2020, p. 2), “ser jovem no campo implica enfrentar também as hierarquias ligadas à cultura patriarcal, o que impacta de modo mais significativo a condição de vida das jovens”. Dessa maneira, durante a juventude é possível observar que os homens apresentam maior liberdade se comparado com as mulheres, em que as últimas possuem autonomia restrita, sofrendo constantes julgamentos morais. Tratando do lazer tal diferença também é evidente, em que os rapazes apresentam maior liberdade para ‘ir e vir’, podendo frequentar diversos espaços - o que acontece de forma muito mais limitada no caso das moças (Aguiar; Stropasolas, 2010).

Há também uma forte ação do gênero nas questões sucessórias, em que geralmente o sucessor das terras utilizadas para cultivo da família é o filho homem. As mulheres só herdam propriedade em três casos: quando são filhas únicas, quando há somente filhas mulheres ou quando os filhos homens não desejam assumir o trabalho. Para além disso, o acesso das mulheres à propriedade de terras geralmente está associado ao casamento com um agricultor ou filho de agricultor que será sucessor de propriedade (Spanevello, 2008).

Tratando especificamente da divisão sexual do trabalho no âmbito rural, identifica-se que os espaços da casa e da esfera doméstica são destinados às mulheres, aqueles que não são considerados produtivos - que não geram renda. Já os trabalhos que são considerados produtivos e possibilitam acesso a renda, são desenvolvidos pelos homens (Aguiar; Stropasolas, 2010) não são totalmente isolados, as mulheres também circulam no âmbito da lavoura, mas por ser considerado um espaço masculino e do controle dos homens, o trabalho feminino ali desenvolvido é percebido como “ajuda” (Brumer, 2004). Dessa forma, na maioria das vezes as mulheres rurais sequer são consideradas agricultoras, nem mesmo se reconhecem como tal, “sendo conhecidas como a mulher ou a filha de determinado agricultor” (Alves *et al.*, 2018, p. 6).

Dessa maneira, são de responsabilidade dos homens todas as atividades de produção de bens e serviços que gerarão renda a partir de uma posterior venda ou troca. Já às mulheres, recaem o trabalho considerado reprodutivo, que circundam o cuidado da casa e dos filhos, o trato com pequenos animais, administração de hortas etc. - atividades destinadas ao uso e consumo da família (Aguiar; Stropasolas, 2010). Como já dito anteriormente, tal dinâmica não se dá de forma isolada, mesmo que as mulheres atuem de forma árdua e intensa no âmbito produtivo, tal trabalho é considerado complementar, como uma mera “ajuda” e não como parte do trabalho produtivo - sendo visto como uma atribuição de mãe e esposa (Brumer, 2004).

Por serem culturalmente responsáveis pela esfera produtiva da dinâmica rural e através da naturalização da divisão sexual do trabalho, os homens adquirem legitimidade para controlar as propriedades como um todo, exercendo todas as atividades relacionadas à gestão da propriedade, gerenciamento dos recursos financeiros e tomadas de decisão. A participação das mulheres (tanto enquanto esposas ou filhas) nos processos de tomada de decisão estão diretamente ligados à sua participação nas atividades consideradas ‘produtivas’. Dessa forma, as mulheres que exercem exclusivamente o trabalho reprodutivo ou não possuem trabalho produtivo reconhecido, possuem nula participação em tais processos de decisão (Aguiar; Stropasolas, 2010).

A realização do trabalho reprodutivo, como de cuidado da casa e dos filhos, é indispensável para a reprodução da força de trabalho, de forma com que sem o desempenho de tais funções as atividades de produção não são possíveis. Porém, a partir da responsabilização exclusiva de tal âmbito sobre as mulheres, elas são privadas de exercer outros diversos papéis dentro da sociedade - estando restritas de ocupar a vida pública.

Como apresentado por Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho produz gênero e define as posições que as mulheres podem ocupar na sociedade, geralmente conduzindo-as a uma dependência financeira do homem. Os trabalhos domésticos demandam tempo e energia, minimizando as possibilidades das mulheres de desenvolverem habilidades próprias e atividades que lhes propiciariam autonomia e independência financeira, dificultando o acesso ao lazer, educação, atividades reconhecidas e remuneradas etc. E, para muitas mulheres, gera o chamado “confinamento doméstico” (Schmitz; Santos, 2013).

Apesar das dificuldades das mulheres camponesas de exercerem sua autonomia e liberdade, a desigualdade de gênero neste espaço - como em nenhum outro - não pode ser considerada imutável e intransponível, existem perspectivas que tensionam e buscam alterá-la. Como exemplo podemos citar a agroecologia, esta se apresenta como uma alternativa para a agricultura convencional, que busca a emancipação dos sujeitos, integrando conhecimentos e princípios ecológicos juntamente com um resgate de conhecimentos tradicionais (Bezerra *et al.*, 2019). Ela possui uma postura crítica ao modelo dominante de desenvolvimento agrícola associado ao uso excessivo de máquinas e químicos (Antonio *et al.*, 2020) - que se constitui como extremamente machista.

A agroecologia é ciência, mas também movimento social. Dessa forma, a mesma não se restringe a um modelo de agricultura, ela possui como proposta central através da “agricultura familiar romper com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado no

monocultivo, no latifúndio, no agronegócio que formam a base do modelo capitalista de desenvolvimento rural gerador de exclusão social” (Ferreira; Mattos, 2017, p. 38).

Como apresentado pela autora Bezerra *et al.* (2019, p. 77), “a agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos/as camponeses/as se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento da subordinação das mulheres agricultoras”. Neste sentido, a agroecologia ganha destaque na luta contra as desigualdades de gênero no campo, permitindo a valorização de atividades que são realizadas pelas mulheres como também o compartilhamento de responsabilidades entre os membros da família (Ramos, 2017) - ampliando as possibilidades das mulheres em esferas como a pessoal, produtiva, familiar e política. Como apresentado pela autora Ramos (2017, p. 54):

Na perspectiva agroecológica, as atividades realizadas cotidianamente pelas mulheres em hortas e pomares têm grande valor, pois possibilitaram a preservação de conhecimentos ancestrais, técnicas tradicionais, espécies variadas e sementes crioulas, que em muitos casos foram abandonados e/ou menosprezados pelos homens e técnicos por não se tratar do ‘moderno’.

Atuando diretamente nas questões de gênero e na construção da agroecologia podemos apontar o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC. Caracterizado como um movimento popular, o mesmo está presente por todo o Brasil, sendo composto por mulheres que trabalham e vivem na agricultura de diferentes maneiras (Cima, 2021). Seu início deu-se já na década de 1980, junto a demais movimentos sociais. Especificamente em Santa Catarina data-se o dia 01 de maio de 1983 como o marco da criação da Organização das Mulheres Agricultoras (OMA), que posteriormente passou a ser chamada de Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), e finalmente em 2004 ele passou a integrar o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) (Cinelli, 2013).

O MMC reafirma a luta das mulheres pela “igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora” (MMC, [s.d.]), além de buscar a consolidação do modelo de agricultura agroecológica. Desde seu início, tal movimento sempre foi articulando o debate em torno das questões de gênero e de classe.

Conforme apresentado pela autora Da Silva *et al.* (2019), o MMC possui como objetivos o posicionamento contra o modelo neoliberal e machista, lutando pela construção do socialismo e assim propiciando um cenário em que os direitos sociais possam ser efetivados e ampliados. Ainda segundo a autora, o MMC realiza um importante trabalho de construção do sentido político da resistência organizada junto das mulheres camponesas, além de estabelecer importantes relações com demais organizações sociais do campo (Da Silva *et al.*, 2019).

As mulheres camponesas militantes do MMC aprendem, estudam, debatem a partir de sua realidade no/do campo. Ou seja, trazem o seu modo de vida para os espaços de formação no movimento, assim como recebem informações novas com a convivência, experiência e estudos (Cinelli, 2013, p. 38).

Dessa forma, existe dentro do MMC uma mescla entre teoria e prática, que originam uma série de aprendizados que se tornam novas práticas sociais tanto no âmbito privado como público (Cinelli, 2013). Como apresentado pela autora Valandro *et al.* (2018, p. 86), o MMC ao incorporar a agroecologia como parte de sua ideologia, permite que as mulheres e suas famílias repensem suas maneiras de fazer agricultura, “transformando seu modo de vida e possibilitando olhares para as dinâmicas e processos regionais”.

Como uma estratégia adotada pelo MMC em busca da expansão do modelo de agricultura agroecológica está a criação do Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças. Ele surgiu já em 2002 como resultado de um longo debate realizado pelo movimento em diferentes instâncias em relação “a soberania alimentar, garantia das sementes como patrimônio da humanidade, valorização de práticas acumuladas fundamentada na agroecologia em oposição aos alimentos transgênicos” (Adão, 2009, p. 76).

A partir do Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças, que tem como atividades centrais a recuperação, melhoramento e produção de novas sementes crioulas, as mulheres efetivamente passaram a reelaborar suas perspectivas em relação ao campo - articulando conhecimentos teóricos e práticos propiciados pelo MMC (Gaspareto, 2017).

Este programa para além do grande passo em direção a agroecologia e produção de alimentos saudáveis, proporciona autonomia às mulheres - tanto financeira como social -, visto que possibilita que as mesmas redescubram o valor de seus respectivos trabalhos, das práticas e dos saberes. Para além disso, ele cria um espaço de domínio das mulheres, em que elas são responsáveis por mandar, decidir e implementar (Gaspareto, 2017).

Conforme apresenta Gaspareto (2017, p. 131-132):

As sementes, os saberes produzidos e recuperados pelas mulheres camponesas são ressignificados e adquirem relevância visto que reportam aos acúmulos de ancestrais, reforçam perspectivas históricas, lembram diferentes sociedades, explicitam culturas e identidades variadas, resistem às formas de dominação e criam alternativas para uma vida melhor, mesmo que, muitas vezes, sejam desqualificados e considerados inferiores por visões hegemônicas, patriarcais e eurocêtricas.

A partir do que foi posto, observa-se que apesar de as desigualdades de gênero ainda se apresentarem como um pilar central da dinâmica rural, existem perspectivas que tensionam tal

realidade. Porém, mesmo com as inúmeras mudanças ocorridas no campo nas últimas décadas, as desigualdades de gênero ainda não foram superadas, tornando-se necessário a expansão dos estudos sobre a temática que sirvam subsídios para alteração da realidade - como se propõe o presente trabalho.

3 DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES NO CAMPO: a realidade do município de Antônio Carlos/SC

Este capítulo possui como objetivo central desenvolver uma análise sobre a desigualdade de gênero entre homens e mulheres na realidade rural do município de Antônio Carlos – SC. Inicialmente é apresentado um breve panorama sobre os aspectos históricos e culturais do município de Antônio Carlos/SC, seguido da apresentação dos objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa realizada, e por fim, a última subseção contém uma análise final realizada a partir de informações obtidas por meio da materialização da pesquisa.

3.1 ANTÔNIO CARLOS/SC: ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS.

A presente seção abordará aspectos históricos, culturais e sociais de Antônio Carlos/SC a fim de contextualizar os impactos provenientes de tais aspectos na construção das identidades dos munícipes e na desigualdade de gênero vivenciada no espaço. Um aspecto que chama a atenção nos livros que contam a história do município é o de que se observa uma história contada predominantemente a partir da chegada dos imigrantes europeus, invisibilizando toda a história anterior dos povos que habitavam este território.

O município de Antônio Carlos localiza-se na grande Florianópolis, estando a cerca de 30km da capital do Estado, possuindo área territorial de 234,422 km² (IBGE, 2023) e população total de 11.295 habitantes (IBGE, 2023). O mesmo é fortemente marcado pela sua herança cultural e histórica de seu povoamento, ganhando destaque no desenvolvimento da agricultura familiar para produção de hortaliças.

Antônio Carlos apresentou em 2010 um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0.749 (IBGE, 2010). O mesmo encontra-se em crescente, apresentando números anteriores de 0,661 em 2000 e 0,464 em 1991 (IBGE, 2023). Tal índice avalia os quesitos longevidade, educação e renda em crescente, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Em relação aos estabelecimentos públicos de educação, o município conta com uma ampla rede de ensino composta por uma escola estadual e sete municipais (ANTÔNIO CARLOS, 2022), que se destacam no Estado. Em 2010, o índice de escolarização de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos em Antônio Carlos era de 96,5% (IBGE, 2010). Sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que se trata de um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino e aprendizado nas escolas públicas, atribuindo

notas de 0-10, Antônio Carlos/SC destaca-se apresentando valores acima da média - principalmente nos anos iniciais. Segundo dados do Censo Escolar de 2021, o município possuía IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental de 6,9 e 5,5 para anos finais do mesmo, enquanto Santa Catarina apresentou 6,4 e 5,3 respectivamente. A média brasileira dos anos iniciais do ensino fundamental era 5,9, 1 ponto abaixo do apresentado por Antônio Carlos/SC, e os anos finais era 5,1 (INEP, 2021).

O atual território pertencente a Antônio Carlos foi inicialmente povoado por açorianos e africanos, que desenvolveram a monocultura canavieira a partir do trabalho escravo até a década de 1830 (Elicher, 2002), momento em que chegaram os primeiros imigrantes alemães (Reitz, 1988). Este último povoamento passou predominar, com diversas festas, museus, igrejas e da religiosidade, sendo que vários munícipes se orgulham e enaltecem a cultura herdada até os dias atuais.

Os imigrantes alemães, que já se encontravam previamente instalados na colônia de São Pedro de Alcântara, foram gradativamente migrando para o Vale do Rio Louro devido às dificuldades de cultivo do solo e o excedente de pessoas neste primeiro local (Schetz, 2015). Os mesmos eram originários do estado alemão Renânia-Palatinado, principalmente da região de Hunsrück, território fortemente agrícola, mas que à época se encontrava submetido a críticas questões políticas e econômicas (Schetz, 2015). Devido a tais fatores, mediante a incentivos por parte do Império, as terras sul-brasileiras vislumbram-se como uma esperança para tal povo, que trouxeram consigo experiência com cultivos e uma forte religiosidade (Filho, 2010).

Até então, os territórios povoados pelos índios Xokleng (Schetz, 2015), açorianos, africanos e alemães denominavam-se 'Alto Biguaçu' e ainda pertenciam ao município de Biguaçu. Somente em 6 de novembro de 1963, mais de cem anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães e a intensificação do desenvolvimento do espaço, o município de Antônio Carlos de fato foi criado - desmembrando-se de Biguaçu (Reitz, 1988). Não há consenso sobre a motivação da escolha do novo nome, Antônio Carlos. Acredita-se que foi uma imposição política disfarçada em homenagem ao político mineiro da Aliança Liberal, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada - devido ao fato de que o Partido Liberal à época perdeu as eleições na região (Schetz, 2013).

Desde a chegada de seus imigrantes, o desenvolvimento da agricultura com base familiar ocupou posição central no tocante às atividades econômicas do município de Antônio Carlos. Atualmente as hortaliças se constituem como principal cultivo, que se desenvolvem principalmente em pequenas propriedades, por meio da utilização da mão-de-obra familiar (Filho, 2010) e sob o padrão mecânico-químico (Elicher, 2002) - utilizando máquinas,

fertilizantes e agrotóxicos. No geral observa-se uma policultura de pequena escala. As produções são escoadas principalmente “in natura” para o CEASA de São José/SC, ou também para as feiras e sacolões realizados por antônio-carlenses em municípios vizinhos (Filho, 2010).

Atualmente o desenvolvimento da horticultura e floricultura ainda se constituem como principal atividade econômica, com um percentual de 53,39% (IBGE, 2017), no entanto é possível observar uma expansão no que se trata do desenvolvimento de outras atividades no município. Tal fato ocasiona um fluxo migratório grande, além da construção de loteamentos, aumento no comércio e prestação de serviços etc. - o que repercutiu em uma ampliação das atividades econômicas no município.

A maioria dos antônio-carlenses tem a religiosidade presente em suas vidas. O município conta com diversas igrejas e capelas distribuídas em seu território, que além da fé, também atribuem determinados papéis para o homem e para a mulher, além de promover lazer e sentimento de pertencimento para a população. Durante o ano, diversas são as tradicionais festas promovidas pela Igreja Católica, abrangendo a maioria das localidades do município e proporcionando encontros e diversão, sendo muito aguardadas por todos os públicos - desde os mais jovens até os idosos. Nestes eventos a culinária apresenta-se como um ponto central, muito valorizada e passada de geração em geração (Filho, 2010).

Para além daquelas promovidas pela Igreja, por muito tempo o município realizava anualmente três festas tradicionais, as quais recebiam milhares de visitantes contando também com a participação de um público mais jovem. Eram elas: Festa da Cachaça, Festa da Hortaliça e Festa do Colono. Tais festas eram realizadas a fim de promover aquilo produzido, sendo regadas a pratos típicos, e as duas últimas, contavam com desfiles de máquinas agrícolas (Schetz, 2013), sendo descontinuadas devido a desmobilização de seus organizadores - parte decorrente da pandemia de Covid-19 que assolou o país, especialmente nos anos de 2020 e 2021.

As atividades esportivas promovidas nos diversos campos de futebol espalhados por Antônio Carlos são também responsáveis por reunir a população aos finais de semana. Em tais momentos os mais jovens praticam a modalidade e os mais velhos torcem ou até mesmo divertem-se com baralhos, dominós etc. (Filho, 2010).

A partir da cultura de Antônio Carlos pode-se observar uma série de particularidades na construção da identidade de seus municípios. Como já apontado e facilmente identificável, há no município - principalmente nos bairros pertencentes à zona rural - uma supervalorização da cultura e costumes proveniente dos imigrantes alemães, sendo um dos seus legados a força de trabalho (Schetz, 2015). Dessa maneira, há uma forte construção da identidade do

agricultor/colono, sendo este tido como pertencente a um “povo trabalhador, responsável pelo alimento dos demais” (Schetz, 2015).

Assim, a construção das identidades também se apoia no desenvolvimento das atividades econômicas, sendo o trabalho nas lavouras valorizado no município de diversas maneiras - como o caso das festas que foram realizadas durante muitos anos, que não só festejavam aquilo produzido, mas também a força do trabalho (Schetz, 2013). Mas, como as mulheres antônio-carlenses são representadas e visibilizadas nessa construção?

Tanto a partir da valorização das raízes culturais como no próprio desenvolvimento da agricultura, a família assume centralidade nas relações - lugar em que se evidencia uma forte diferenciação na construção de identidades de gênero. Durante a realização das festas típicas, as mulheres são incumbidas da responsabilidade da cozinha, durante os finais de semana, não frequentam os campos de futebol para cuidar da casa e/ou dos filhos pequenos.

Como em diversas outras realidades, o município reforça estereótipos de gênero: homens ligados a espaços públicos e mulheres a espaços privados (Schetz, 2015). As mulheres antônio-carlenses são apresentadas oficialmente como responsáveis pelo desenvolvimento de atividades ligadas ao espaço doméstico de cuidado da casa e da família, muitas vezes anunciadas como “mãe e esposa dedicada, mulher trabalhadeira, que sabe cozinhar” (Schetz, 2015, p. 112). Mesmo que tradicionalmente tais mulheres realizem trabalho nas lavouras, estes são vistos como ajuda - da mesma forma que eventuais trabalhos domésticos realizados pelos homens (Lago *et al.*, 2009).

Essas diferenciações das identidades de gênero são ressaltadas em obras memorialísticas que tratam sobre a história de Antônio Carlos, como apresenta a autora Dayanne Schetz (2015), de forma a reforçá-la através da memória escrita. Os autores que escrevem sobre a história e características do município (maioria homens) pouco apresentam ou dão voz às mulheres, que são invisibilizadas principalmente no tocante às biografias, fazendo “parecer que as mesmas não participaram do processo histórico, social, cultural e político na cidade” (Schetz, 2015, p. 104). Quando aparecem em tais obras, são em papéis secundários, geralmente citadas como mães ou esposas, ou por vezes enaltecidas a partir de padrões estereotipados de gênero. Como apresentado pela autora, “os “não-ditos” também devem ser entendidos enquanto discursos” (Schetz, 2015, p. 97).

3.2 DESIGUALDADES DE GÊNERO E OS PAPÉIS ATRIBUÍDOS AOS HOMENS E ÀS MULHERES NO MEIO RURAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC

A presente seção busca apresentar a pesquisa desenvolvida e a metodologia utilizada, que possuiu como objetivo central identificar as desigualdades de gênero entre homens e mulheres em diferentes gerações de agricultoras familiares no município de Antônio Carlos/SC.

Para este fim, a pesquisa foi composta por levantamento bibliográfico sobre a temática seguido de pesquisa de campo, cujo intuito foi o de abranger a construção de um panorama sobre as agricultoras antônio-carlenses, suas inserções sociopolíticas e culturais e a incidência destas nas suas concepções sobre o papel da mulher na família e na sociedade. Buscou-se também a construção de conhecimento sobre as concepções em relação às desigualdades de gênero entre diferentes gerações, mais especificamente, suas concepções sobre o trabalho da mulher, suas responsabilidades, autonomia e posições na estrutura familiar e na sociedade como um todo. Além disso, como outro objetivo foi o de identificar o trabalho, as relações de poder e outras formas de participação na sociedade das agricultoras e agricultores familiares de Antônio Carlos – SC em diferentes gerações.

3.2.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa em questão apresenta caráter qualitativo, “desenvolvendo, esclarecendo e modificando conceitos e ideias” (Gil, 2010, p. 44), evidenciando significados da vida social. Dessa forma, reconhecemos nosso objeto de pesquisa como sujeitos concretos dotados de significados e relações, em que os dados não são considerados isolados, evidenciando a “análise do significado que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico que em que constroem suas vidas e relações, [...], e dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que estes estão” (Chizzotti, 2000, p. 78).

A fim de contemplar os objetivos já elencados anteriormente, para além do levantamento bibliográfico realizou-se entrevistas semiestruturadas, que possuem roteiro composto por questões previamente elaboradas e outras abertas, combinando perguntas fechadas e abertas de forma com que possibilite um melhor controle sobre aquilo que o entrevistador busca conhecer, mas ainda permitindo reflexões livres por parte dos entrevistados (Minayo; Costa, 2018, p. 13).

Para este modelo de entrevista o roteiro deve conter uma lógica de encadeamento das perguntas, começando pela introdução dos propósitos da entrevista para as concepções do entrevistado sobre determinado assunto em relação a ele. Depois disso, passa para o sentido que o assunto central da pesquisa tem para a vida cotidiana, com questões mais centrais. Por fim, apresenta-se tópicos gerais mais relevantes, de forma a chegar no momento em que o

entrevistado pode ampliar o debate, levando a novas questões que inicialmente não estavam no roteiro (Minayo *et al.*, 2005).

O roteiro da entrevista semiestruturada foi composto por 17 questões, elaboradas a partir dos objetivos da pesquisa em questão, o mesmo encontra-se no apêndice I do presente trabalho. O público-alvo da pesquisa foi constituído a partir de dois grupos de mulheres do município de Antônio Carlos/SC, objetivando um contraste de idades.

O primeiro grupo foi composto por 6 idosas com idades entre 60-85 anos, que residiam em localidades rurais do município de Antônio Carlos (entre eles: Beira Rio, Egito, Louro, Morro da Glória, Rachadel, Rio Farias, Santa Maria e Vila Doze) e que frequentavam o Grupo da Terceira Idade da localidade Centro, Santa Maria e Vila Doze. Os encontros dos grupos da Terceira Idade são promovidos pela Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social do Município em questão e acontecem quinzenalmente. O levantamento de tais idosas se deu através do contato com as animadoras da terceira idade, que são responsáveis pelo gerenciamento e execução das atividades dos grupos que as mesmas participam.

Os critérios para seleção das participantes deste primeiro grupo se deram a partir do levantamento mencionado acima e de uma conversa inicial com as animadoras da terceira idade, buscando identificar e selecionar idosas que melhor se enquadravam no perfil da pesquisa, ou seja, idosas que trabalharam no meio rural e de diferentes localidades. Para isto, levou-se em consideração o contato com a agricultura - tanto prévio quanto atual -, as atividades que desenvolviam no período em que ocorreu a entrevista e a localidade de residência.

Já o segundo grupo foi composto por 6 adolescentes meninas com idades entre 16-18 anos, que residiam em localidades rurais do município de Antônio Carlos (entre eles: Beira Rio, Egito, Louro, Morro da Glória, Rachadel, Rio Farias, Santa Maria e Vila Doze) e que frequentavam o Ensino Médio na Escola Estadual Básica (E. E. B) Altamiro Guimarães, localizada no bairro central do município. Em um primeiro momento realizou-se um levantamento de tais adolescentes a partir do Setor de Transporte Escolar da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, o qual possibilitou o mapeamento daquelas que estudam na E. E. B. Altamiro Guimarães e residem nos bairros já citados a partir da utilização do benefício de transporte fornecido pelo município.

Neste grupo, para além dos critérios já mencionados, a seleção das participantes priorizou aquelas inseridas em um contexto de predominância de trabalho familiar na agricultura. Para isto, após o contato com a primeira adolescente, que ocorreu por questão de afinidade e conhecimento prévio com a entrevistadora, a mesma indicou outra participante, e assim sucessivamente. Buscando construir dados que possibilitassem uma análise geracional,

também se aplicou o questionário a duas adolescentes que se enquadravam no perfil supracitado e concomitantemente eram netas de idosas entrevistadas previamente. Neste caso, houve intermédio das idosas para o contato com as adolescentes em questão.

As entrevistas com ambos os grupos de participantes foram realizadas de forma individual, em horários e locais distintos, conforme disponibilidade de cada uma durante os meses de julho e agosto de 2023. Para isto, realizou-se uma conversa prévia entre a entrevistadora e as entrevistadas via WhatsApp, momento em que foram apresentados de forma breve os objetivos da pesquisa e acordado o melhor momento para realização das entrevistas, que no geral, aconteceram nas respectivas casas das participantes.

Para que o diálogo se tornasse mais fluido e buscando evitar ao máximo qualquer perda de informação, as entrevistas foram gravadas por meio de celular, possibilitando um registro completo das narrativas - com livre consentimento/assentimento esclarecido das entrevistadas e de seus responsáveis, estes últimos no caso das adolescentes. As entrevistas com o primeiro grupo tiveram uma duração média de 35 minutos e as do segundo grupo de 15 minutos. No momento da aplicação do questionário foi também apresentado às participantes um termo de consentimento/assentimento (Apêndice II e Apêndice III).

Após a realização da pesquisa de campo foi realizada a escuta dos áudios gravados, que continham os relatos das entrevistadas, para a transcrição e sistematização dos dados. A partir da mesma, realizou-se a etapa de análise interpretativa das informações obtidas, que serviram de subsídio para a construção da análise final. Conforme apresentado pelo autor Goldenberg (2004), é preciso realizar uma análise comparativa das diferentes respostas, avaliando o surgimento de novas ideias - que podem confirmar ou rejeitar as hipóteses iniciais.

3.2.2 Resultados da Pesquisa e análise dos dados

As subseções a seguir apresentam as discussões e reflexões sobre os resultados obtidos pela pesquisa por meio de uma análise dos dados. Tal análise, que se concretizou a partir de uma perspectiva dialética, discutindo os dados da realidade utilizando-se das bases teóricas presentes na literatura.

A explanação dos resultados é realizada a partir de três momentos principais. O primeiro está direcionado a traçar o perfil das entrevistadas e identificar o tipo da produção familiar, o segundo desenvolve sobre as relações de poder identificadas e a participação social e política das entrevistadas, o terceiro discute sobre a concepção de trabalho como ajuda ainda existente em diferentes gerações juntamente com as percepções sobre o papel da mulher e suas inserções

na sociedade apresentados pelas entrevistadas, juntamente com considerações finais em relação à análise.

3.2.2.1 Perfil das entrevistadas e da produção familiar

Inicialmente serão expostas e analisadas as primeiras respostas obtidas a partir das entrevistas, conforme cada grupo, que traçam o perfil das entrevistadas e características centrais tanto das idosas como adolescentes, assim como da produção familiar. O perfil destaca questões como idade, localidade de residência, religiosidade, estado civil e escolaridade.

Entre as entrevistadas que compuseram o primeiro grupo, as idosas, a média de idade foi de 72 anos, sendo que duas delas tinham entre 60-70, duas 70-80 e outras duas acima de 80. Entre os bairros de residência, uma delas era do bairro Alto Vila Doze, duas do bairro Beira Rio, uma de Rachadel, uma de Santa Maria e uma de Vila Doze. No tocante à religião, todas se declararam católicas. Em relação ao estado civil, somente uma delas era viúva, as demais cinco eram casadas.

Já no que se refere à escolaridade, uma delas informou ter completado somente até a 2ª série do primário, três delas somente até o 3º ano do primário, uma frequentou o 5º ano, mas não concluiu e uma delas - a mais jovem - chegou a concluir a 8ª série. Importante aqui salientar que ocorreram alterações nas Diretrizes e Bases do sistema de ensino brasileiro com a Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), que dentre elas houve a unificação dos antigos ciclos ‘primário’ e ‘ginásial’ em um único ciclo de oito anos que passou a ser conhecido como ‘1º grau’.

Portanto, o ensino fundamental a partir de 1971 passou a ser composto por oito anos consecutivos, de forma com que as entrevistadas mais jovens frequentaram a escola já com um padrão diferente das demais idosas, visto a reorganização do sistema educacional. Independente disso, todas as idosas demonstraram grandes dificuldades em frequentar regularmente a mesma devido à distância de suas residências.

Quadro 2 - Perfil das Entrevistadas Idosas - Grupo 1

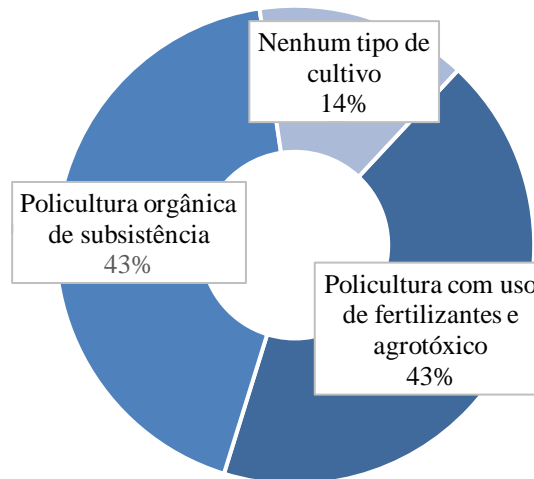
	Idade	Bairro de Residência	Religião	Estado Civil	Escolaridade
Entrevistada 1	62 anos	Beira Rio	Católica	Casada	8ª série
Entrevistada 2	66 anos	Alto Vila Doze	Católica	Casada	2ª série
Entrevistada 3	71 anos	Beira Rio	Católica	Casada	3º ano

Entrevistada 4	73 anos	Santa Maria	Católica	Casada	3º ano
Entrevistada 5	81 anos	Rachadel	Católica	Casada	5º ano incompleto
Entrevistada 6	86 anos	Vila Doze	Católica	Viúva	3º ano

Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

No que se refere ao tipo de produção familiar realizada na propriedade, entre o grupo 1 predominou a policultura orgânica de subsistência, ou seja, o plantio de diversos produtos sem o uso de agrotóxicos e para consumo próprio. Duas entrevistadas apresentaram a existência de agrotóxico no cultivo realizado na propriedade, sendo o mesmo destinado ao comércio, caracterizados também como policultura. E, uma das entrevistadas informou que, devido sua idade mais avançada, atualmente já não existe nenhum tipo de cultivo em sua propriedade.

Gráfico 1 - Tipos de Cultivo - Grupo 1



Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

No tocante às entrevistadas do segundo grupo, as adolescentes, a média de idade foram de 16,5 anos, sendo que quatro das adolescentes tinham 16 anos, uma 17 anos e outra 18 anos. Entre os bairros de residência, uma delas era do bairro Beira Rio, uma do Braço do Norte, uma de Santa Maria, uma do Morro da Glória e duas de Rio Farias. Todas católicas e solteiras. Cabe

apontar que a entrevistada 11 (Quadro 2) é neta da entrevistada 4 e a entrevistada 12 neta da entrevistada 3.

Sobre a escolaridade das mesmas, uma delas frequentava o 1º ano do Ensino Médio, quatro o 2º ano do Ensino Médio e uma o 3º ano do Ensino Médio, todas na escola E. E. B. Altamiro Guimarães.

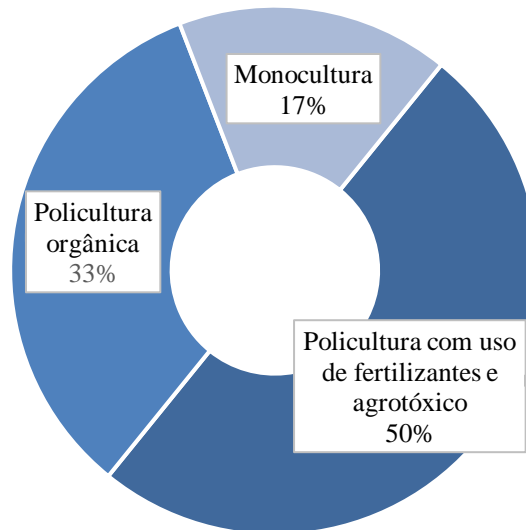
Quadro 3 - Perfil das Entrevistadas Adolescentes - Grupo 2

	Idade	Bairro de Residência	Religião	Estado Civil	Escolaridade
Entrevistada 7	16 anos	Rio Farias	Católica	Solteira	1º ano do Ensino Médio
Entrevistada 8	16 anos	Morro da Glória	Católica	Solteira	2º ano do Ensino Médio
Entrevistada 9	16 anos	Braço do Norte	Católica	Solteira	2º ano do Ensino Médio
Entrevistada 10	16 anos	Rio Farias	Católica	Solteira	2º ano do Ensino Médio
Entrevistada 11	17 anos	Santa Maria	Católica	Solteira	2º ano do Ensino Médio
Entrevistada 12	18 anos	Beira Rio	Católica	Solteira	3º ano do Ensino Médio

Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

Sobre o tipo de produção familiar realizada na propriedade de cada entrevistada, entre o grupo 2 predominou a policultura, mas grande parte com o uso de agrotóxico para o comércio. Apenas duas entrevistadas apresentaram a realização de policultura orgânica na propriedade, uma para consumo próprio e outra para comércio. Houve também uma entrevistada que informou que na propriedade de sua família realiza-se monocultura, em que se cultiva apenas um produto.

Gráfico 2 - Tipos de Cultivo - Grupo 2



Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

A partir dos dados sobre o perfil das entrevistadas é possível observar um panorama geral das entrevistadas. Este contribui para identificar a trajetória de vida, a influência da religiosidade, da escolaridade nas percepções sobre o papel da mulher na sociedade, assim como as mudanças nas características das formas de plantios nas propriedades entre as diferentes gerações das entrevistadas.

Os dados expressam que a religião católica se mostrou comum a todas as entrevistadas, confirmando o fato já apresentado anteriormente de que parte dos munícipes antônio-carlenses sustentam grande fé, o que é tradição e motivo de orgulho para eles: “[...] Católica, sempre fui e sempre serei. [...]” (Entrevistada 2), e que será retomado posteriormente.

Como apresentado pela autora Klein (2021), a religião apresenta um papel muito importante na vida daqueles que a praticam, apresentando-se nos costumes, na cultura e em demais experiências diárias, visto que a mesma influencia diretamente no modo de ser, agir e pensar de tais pessoas. A religião se constitui como “um elemento estruturante do patriarcado, tanto pela sua forma patriarcal de organização formal quanto pela longa construção teológica sobre os lugares do masculino e do feminino nas relações sociais e religiosas” (Lemos, 2013, p. 201). Tratando especificamente da Igreja Católica, seu discurso oficial é basilar para o processo de perpetuação de desigualdades associadas ao gênero (Tedeschi, 2012).

A Igreja Católica, religião hegemônica dentre as entrevistadas, foi historicamente contribuindo para a legitimação de concepções e imagens sobre as mulheres, que as colocam

sob uma perspectiva de comportamento religioso e doméstico, “exortando-as à prática da virtude, da obediência, ao silêncio, e à imobilidade em nome de uma ética católica muito parcial.” (Tedeschi, 2012, p. 17).

Como ainda apresentado pelo autor Tedeschi (2012), a moral cristã contribui para a legitimação da desigualdade de gênero e apresenta a submissão das mulheres perante os homens como proveniente da ordem natural, algo que não pode ser modificado. Esta legitimação gera limitações a diversos âmbitos da vida feminina, que entre elas está a perpetuação da reduzida participação feminina em espaços públicos e a valorização das ações realizadas por elas no espaço privado - principalmente ligadas à maternidade e ao cuidado com o lar. E, para que as mulheres possam exercer pequenas parcelas daquilo imposto como do âmbito masculino, elas “acabam absorvendo as normas culturais do masculino machista, patriarcal” (Tedeschi, 2012, p. 84).

Em relação à educação, constata-se que as idosas obtiveram baixo acesso à mesma, sendo comum às mesmas apontarem frases como: “[...]. *Eu fiz até a 3ª série, quando eu passei pra 4ª daí eu saí. Não é como hoje. Depois pra continuar era longe. [...]*” (Entrevistada 4) e “[...] *mas nós não podia porque tinha que vim lá da Vila Doze aqui pro Rachadel, aí não dava pra nós vim. [...]*” (Entrevistada 3), referindo-se à distância entre as localidades de residência e as escolas.

Por outro lado, todas as adolescentes frequentam de forma regular o Ensino Médio e a maioria delas possuem planos de cursar ensino superior. No entanto, apesar do ensino público regular ser mais acessível às adolescentes, observa-se que todas estudavam na escola E. E. B. Altamiro Guimarães no centro da cidade. Nesse sentido, observa-se que o acesso ocorreu por meio do transporte público e em uma escola padrão existente no “centrinho” do município, sendo ainda inacessível para estas adolescentes a educação do e no campo.

A aprovação da Constituição Federal (CF) de 1988 e todos os embates e mobilizações fincadas pelos mais diversos movimentos sociais que permearam a construção da mesma trouxeram grandes avanços no tocante à educação. A partir da CF/88, a educação passou a ser afirmada como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado e da família, que já foi decisiva para uma vasta ampliação do acesso à mesma em todo o país. Porém, em consonância a ela, outras importantes legislações e reformas educacionais foram aprovadas visando ampliar a educação para todos - como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

A LDB foi responsável por um importante avanço e resposta às vastas lutas dos movimentos sociais ligados ao campesinato, visto que a mesma reconhece e defende a

diversidade e a singularidade que permeiam o campo (Santos, 2017), denotando que a educação em tal âmbito deve seguir algumas prerrogativas para melhor se adequarem às necessidades impostas pela realidade vivenciada.

Já em seu primeiro artigo, a LDB apresenta um avanço na confirmação da ampliação do sentido de educação ao afirmar que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996).

Para além disso, tratando especificamente da educação do campo, o artigo 28 da LDB, Lei nº 9.394/96, aponta que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Outros importantes avanços se deram com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que dentre as estratégias esteve:

- 2.6) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas; [...]
- 6.7) atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais; [...]
- 7.14) desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais; [...]
- 7.27) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência; [...] (BRASIL, 2014).

A Educação do Campo, enquanto uma prática social, ainda vem se desenvolvendo ao longo dos anos, mas possuem algumas características centrais, que dentre elas as autoras Caldart *et al.* (2012) citam: I) ela constitui-se como luta social para o acesso dos trabalhadores do campo à educação, mas não qualquer educação, mas sim aquela feita por eles mesmos. II) a Educação do Campo não é ‘para’ e nem somente ‘com’ os camponeses, mas sim ‘dos’

camponeses. E por fim, “a Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela” (Caldart *et al.*, 2012, p. 263).

Conforme apresentado por Santos (2017), os conhecimentos originados a partir das Escolas do Campo possuem o poder de “ressignificar memórias, identidades e histórias vividas pelos sujeitos que se articulam para superar a opressão e as diversas cercas do analfabetismo, da fome e a falta de projetos emancipadores para/com o homem e a mulher do campo” (Santos, 2017, p. 210). Neste sentido, as autoras Caldart *et al.* (2012, p. 265) apontam que:

O modo de fazer a luta pela escola tem desafiado os camponeses a ocupá-la também nessa perspectiva, como sujeitos, humanos, sociais, coletivos, com a vida real e por inteiro, trazendo as contradições sociais, as potencialidades e os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, requerendo uma concepção de conhecimento e de estudo que trabalhe com essa vida concreta. Isso tem exigido e permitido transformações na forma da escola, cuja função social originária prevê apartar os educandos da vida, muito mais do que fazer da vida seu princípio educativo.

Porém, mesmo com os avanços presentes nas legislações educacionais e a luta contínua dos movimentos sociais, que afirmam e legitimam a existência da Educação do Campo, a realidade ainda se distancia muito do ideal. Como identificado nas entrevistas, inexistem em Antônio Carlos/SC uma escola que desenvolvam atividades pautadas em um projeto político-pedagógico voltado à valorização e ampliação das vivências do campo.

Sobre os cultivos desenvolvidos nas propriedades, observa-se que no grupo das idosas há o predomínio da policultura orgânica de subsistência, em que os produtos são cultivados sem agrotóxico com o objetivo de suprir as necessidades da própria família, como apresentado por algumas entrevistadas: “[...] *A gente planta mais pra comer, uma coisa ou outra, e pros filhos que sempre querem uma coisinha novinha então com isso não passamos veneno. Porque a gente sabe que é difícil comprar algo limpo [...]*” (Entrevistada 2), como também “[...] *A gente planta o que é pra comer, sem veneno, sem nada, mais natural. [...]*” (Entrevistada 3).

Já entre o grupo das adolescentes, diferentemente das idosas, observa-se que no cultivo predomina a policultura com uso de fertilizantes e agrotóxicos, voltada principalmente para a comercialização - como é possível observar em trechos das entrevistas: “[...] *Meus pais trabalham na roça, vão pro CEASA e pro sacolão também. [...]*” (Entrevistada 7), “[...] *Meu pai é o único que trabalha só na roça. Ele planta, colhe e vende. [...]*” (Entrevistada 8).

Esta informação nos leva ao fato de que os mais jovens, pais das adolescentes, ainda que predomina a policultura, os mesmos utilizam os cultivos predominantemente para as relações com o mercado, enquanto as idosas realizam uma agricultura como uma forma de obter alimentos de maior qualidade e mais direcionada à subsistência da família. Observa-se assim,

uma alteração na dinâmica e relação com o plantio entre as gerações, visto que entre as famílias das adolescentes, estas dependem mais do mercado e das relações de compra e venda de produtos para alimentação.

É possível identificar que, por vezes, a falta de conhecimento das demais possibilidades de cultivo viáveis para a propriedade - e seus diversos impactos -, faz com que a agricultura convencional com utilização de agrotóxicos ainda se perpetue e inclusive é mais adotada entre as famílias das adolescentes. Importante apontar que mesmo que na propriedade de algumas das entrevistadas fosse possível identificar algumas aproximações com práticas agroecológicas, nenhuma delas indicou conhecimento sobre tal prática.

Pode-se aferir a importância do acesso não apenas a uma educação convencional, mas também uma educação do e no campo onde esta possa contribuir para a construção de novas relações que busquem romper com as desigualdades de gênero e possibilitem práticas de produção agroecológicas. O acesso à educação exige também a adoção de outras políticas para que ocorram mudanças efetivas na vida dessas mulheres, não apenas aquelas relacionadas à redução das desigualdades nas relações de gênero, mas também aquelas que possam contribuir para a construção de relações e formas de cultivos menos dependentes do mercado e do uso de agrotóxicos.

3.2.2.2 Relações de Poder, participação social e política

Conforme apresentado pelas autoras Woortmann e Woortmann (1997), o processo de trabalho constitui dimensões simbólicas que constroem não somente os espaços agrícolas, mas também espaços sociais de gênero - que implicam diretamente em, entre outros fatores, relações de poder.

Como já apresentado anteriormente no presente trabalho, no decorrer da história, a participação feminina nos processos de tomadas de decisões relacionadas à propriedade e a produção no meio rural se constituíram como fortemente restritas (Burg; Lovato, 2007), devido à legitimidade de tais ações culturalmente atribuídas aos homens. Porém, a partir das entrevistas realizadas é possível observar que tal realidade vem se alterando, mesmo que ainda de forma lenta - possibilitando uma gradativa superação da divisão em que o homem ocupava o papel de único responsável pela produção (incluindo o gerenciamento e planejamento da mesma) e a mulher como limitada à esfera doméstica (Woortmann, 2010).

Ao serem questionadas sobre os membros da família responsáveis pelas decisões pertinentes ao cultivo/propriedade e dos trabalhos domésticos respectivamente, as respostas foram diversas, que nos permitem refletir sobre diferentes questões.

Dentro do primeiro grupo entrevistado, composto pelas idosas, a maior parte delas apontaram uma divisão clara sobre os principais responsáveis por cada atividade, como por exemplo:

*“A plantação é com ele. Daí ele dentro de casa *sinal de não com a cabeça*. Credo, se for pra ele lavar uma colher... Não, não. É triste. Eu pergunto ‘o que vai ser quando eu não puder mais fazer as coisas pra ti?’. E não é que não sabe, não quer fazer.”* (Entrevistada 2).

“Da roça é o G. (apelido do filho), eu só ajudo. Dentro de casa? E agora? Dentro de casa mesmo no serviço, antes do meio dia é só eu e ele (marido que já tem mobilidade reduzida), porque todo mundo trabalha e estuda, daí o serviço também é comigo tudo.” (Entrevistada 3).

Somente em duas respostas foram possíveis identificar alterações desse padrão, mesmo que ainda pequenas:

“Ele que planta, cuida e ele que decide (em relação ao cultivo). Dentro de casa ele também ajuda, é bem companheiro em ajudar assim. Sabe se virar bem.” (Entrevistada 1).

*“Geralmente é ele. Mas às vezes eu também falo ‘Será que não era bom plantar isso?’”. Mas nós combina junto. O que nós dois resolve é o que vai ser feito. Daí dentro de casa é eu *risos*.”* (Entrevistada 4).

Já no segundo grupo entrevistado, composto pelas adolescentes, as respostas sobre as mesmas questões apresentaram algumas diferenças se comparadas com as do primeiro grupo. Constata-se uma maior divisão de tarefas entre homens e mulheres, no entanto, ainda se observa uma predominância maior da mulher nas funções domésticas e dos homens no plantio e nas decisões relativas a este:

“Os meus pais que decidem (em relação ao cultivo). Em casa eu já cuido, mas às vezes minha mãe também manda. Mas o grosso já sou eu.” (Entrevistada 7).

“Geralmente os dois conversam (em relação ao cultivo). Mas na parte de pedir muda, semear, é a mãe. Mas pra ver o que tá precisando, onde vai dar melhor, é o pai. [...]”. Já sobre as decisões no âmbito doméstico: *“É dividido entre nós três. A comida é a mãe que faz de meio dia, a limpeza cada uma cuida do seu quarto e a roupa geralmente somos nós duas (ela e irmã).”* (Entrevistada 9).

“Meu pai e minha mãe, mas principalmente o pai (em relação ao cultivo). Em casa daí é a mãe e eu.” (Entrevistada 10).

*“Meu pai que decide *risos* (em relação ao cultivo). E da casa é parte minha vó, minha mãe e eu. É entre eu, minha mãe e minha vó.”* (Entrevistada 11).

O que se observa é que no geral os homens ainda são os principais responsáveis pelas decisões pertinentes ao cultivo e à propriedade - principalmente no grupo composto pelas mulheres mais velhas. Já quando trata-se do âmbito doméstico, conforme as respostas apresentadas, às mulheres ainda se constituem como as principais responsáveis pelas atividades - com exceção da resposta de apenas uma entrevistada.

Se o espaço de produção é eminentemente masculino, com a participação feminina, isto já não ocorre quando voltamos o nosso olhar para o espaço privado, onde são realizados os trabalhos doméstico e de *care*. Nesses espaços, a mulher é protagonista e os homens têm participação quase inexpressiva (Herrera, 2016, p. 222).

Como apresentado pela autora Herrera (2016, p. 208), estes acontecimentos devem-se principalmente à “naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho”. O feminino é usualmente associado à exclusiva gestão do âmbito doméstico e de cuidados com a família, mesmo que tais mulheres também desenvolvam as atividades relacionadas ao cultivo.

Este último fato fica evidente em diversos trechos das entrevistas, em mulheres que não se incluíram como participantes dos processos de tomadas de decisões pertinentes ao cultivo/propriedade e apenas como responsáveis pelos trabalhos domésticos, mas também descreveram desenvolver diversas atividades braçais nas plantações e/ou criações.

[...] Eu trato a criação tudo, nós temos gado, porco, galinha e as vaquinhas ali. Eu corto o capim e o G. (filho) leva pra dentro e lá dentro do rancho eu trato tudo. O G. também sempre faz uma roça de aipim ali, além do capim e da cana pra trato do gado. No aipim eu sempre o ajuda” (Entrevistada 3).

Contudo, mesmo que de forma bastante limitada, é possível notar um pequeno avanço da participação das mulheres nos processos de decisão, como apresentado por entrevistadas dos dois grupos, mas principalmente no das mais jovens. Tal alteração pode ser associada às “transformações sociais vivenciadas nas últimas décadas pela mulher, que apropria o papel de trabalhadora, com reconhecimento social, contrapondo-se a lógica que atribui o papel de provedor somente ao homem” (Hirata; Kergoat, 2007 *apud* Nascimento; Mota, 2019, p. 3). Estas últimas alterações como resultado de diversas lutas de movimentos sociais, como o movimento feminista e organizações rurais, que dentre suas conquistas está o desenvolvimento de políticas que fortaleceram o papel da mulher agricultora.

Os avanços nas organizações rurais e de mulheres vêm se refletindo na implementação de diversas políticas que visam a população rural, que embora nem sempre dirigidas especialmente às mulheres, uma vez aplicadas acabaram tendo efeitos positivos para atenuar a situação de desigualdade social e de gênero (Cintrão; Heredia, 2006, p. 11).

Tratando da participação social, grande parte das mulheres entrevistadas apontaram que suas famílias participam do sindicato, ou no caso das idosas, participaram ao longo de suas vidas. O que se observa é que o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos/SC, o qual elas fazem referência, possui um papel muito importante no acesso a direitos - como o caso da aposentadoria - e nas contribuições em necessidades imediatas dos agricultores. Das seis entrevistadas do primeiro grupo, três delas apontaram terem se aposentado a partir das contribuições realizadas junto ao Sindicato mencionado. Entre o segundo grupo, apenas duas entrevistadas afirmaram que suas famílias ainda contribuía.

“Eu participei do sindicato, também me aposentei pelo sindicato. Meu marido também participava.” (Entrevistada 3).

“[...] Eu já contribuí com o sindicato. Aqui nós aposentamos pelo sindicato. Mas agora não contribuimos mais. A filha até tá querendo voltar, mas não sei se já tá.” (Entrevistada 4).

“[...] A gente se aposentou pelo sindicato. Ele com 60 e eu com 55.” (Entrevistada 5).

Nos últimos anos, os sindicatos, que são reconhecidos e legitimados pelo Estado como a representação política oficial dos trabalhadores - dentre eles, os rurais - passaram por uma série de transformações devido aos impactos das transformações do mundo do trabalho.

A incorporação das novas tecnologias de informação e a flexibilização das relações de produção induziram a criação de novas formas de trabalho (em tempo parcial, temporário, a domicílio etc.), e mudaram significativamente as características da classe trabalhadora. Essa situação afetou de modo significativo as práticas sindicais e colocou em xeque as estratégias construídas em períodos anteriores do desenvolvimento econômico (Rodrigues; Lima, 2007, p. 4).

Estas alterações imprimiram impactos significativos nas relações entre os sindicatos e o Estado, bem como na percepção de seu papel pela sociedade. Dessa maneira, tais transformações impactaram de diferentes maneiras a prática da atividade política por parte dos trabalhadores através dessas organizações, acarretando uma série de implicações para a configuração da ação sindical no âmbito político (Sensato, 2013).

O Sindicato, acima de tudo, se constitui como um indispensável instrumento político dos agricultores para o melhoramento das suas condições de trabalho, e no caso das mulheres, deveria ser também é um aliado na luta por seu protagonismo e reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais - o que, segundo a autora De Almeida (2021), enfrenta diversos obstáculos.

O que se observa através das entrevistas realizadas é que em Antônio Carlos/SC atualmente o Sindicato de Trabalhadores Rurais encontra-se desmobilizado, de forma com que o âmbito de luta e de articulação dos agricultores enquanto uma categoria de classe, está sendo pouquíssimo efetivado. Durante as entrevistas, em nenhum momento o Sindicato foi apresentado como um aliado para a conquista de novos direitos e/ou de participação efetiva das mulheres, mas o mesmo aparece usualmente como uma forma de acessar exclusivamente a aposentadoria rural - inclusive por vezes através do termo ‘contribuição’.

No tocante aos demais espaços de participação social, ao serem questionadas sobre suas atuações em atividades de sua comunidade, parte das entrevistadas afirmaram não participar de nenhum espaço - principalmente tratando-se do segundo grupo. Todas as idosas entrevistadas participavam do Grupo da Terceira Idade promovido pelo município, mas para além disso, entre aquelas que responderam que participavam de alguma outra atividade, as atividades realizadas junto à Igreja Católica se constituíram como os únicos espaços para ambos os grupos.

“Eu mesma não. Eu frequento a igreja, quando posso tô na igreja. Mas são as minhas filhas que participam e ajudam nas festas (da igreja).” (Entrevistada 2)

“Eu participo da igreja, do culto assim. Aqui a gente participa mais nisso. No mais, nada.” (Entrevistada 4).

“Não. Só vou na missa. Antes eu ia no coral, mas agora não tem mais. [...]”
(Entrevistada 11)

A partir das respostas à entrevista relativas a tal questão, é possível visualizar uma baixa participação social de tais mulheres, que se reflete em diversos âmbitos da vida das mesmas. Como já mencionado anteriormente, os trabalhos domésticos demandam tempo e energia, impactando diretamente na conquista de autonomia e independência financeira de tais mulheres, além de dificultar o acesso a espaços de lazer, educação etc. dentro da própria comunidade - por vezes gerando o “confinamento doméstico” (Schmitz; Santos, 2013).

A Igreja Católica, que se mostrou hegemônica entre as entrevistadas de ambos os grupos, constitui-se ainda como um importante espaço de participação para tais mulheres, sendo este a partir de cultos, atividades internas como leituras, catequeses etc. Ressalta-se que o município de Antônio Carlos/SC possui diversas igrejas e capelas distribuídas em seu território, que ao longo dos anos desempenharam papéis centrais na vida comunitária dos munícipes, sendo até os dias atuais um espaço de pertencimento, cooperação, socialização e fé. Porém, é importante apontar que tal organização historicamente refletiu na atribuição de determinados papéis de gênero, como já apresentado anteriormente.

As informações apresentadas acima conduzem a visualizar que ao longo dos anos as mulheres vêm conquistando autonomia, sendo esta a “possibilidade de autodeterminação do indivíduo para organizar seu trabalho, definindo os propósitos e agindo em consequência deles” (Fernandes; Mota, 2014, p. 10). Tal autonomia está contida nos relatos apresentados nas entrevistadas, mesmo que ainda de forma germinar e não-linear entre elas, em que é possível observar que, como apresentado pelas autoras Fernandes e Mota (2014, p. 21) “o principal fator que contribui para a maior ou menor autonomia da mulher é a autodeterminação que é construída a partir das experiências individuais de cada uma”.

A conquista e o desenvolvimento de autonomia por parte das mulheres são indispensáveis para o enfrentamento e superação da divisão sexual imposta historicamente, mas na realidade observada, ainda se trata de uma autonomia restrita e relativa - que dentre todos seus impactos está a falta de reconhecimento de suas atividades enquanto trabalho, o que será melhor desenvolvido a seguir.

3.2.2.3 Entre o trabalho e a ajuda: diferenças e continuidades nas percepções sobre o papel da mulher entre diferentes gerações

Durante as entrevistas, ao serem questionadas sobre os trabalhos que realizam, em ambos os grupos foi possível observar significativa falta de reconhecimento das próprias entrevistadas sobre o trabalho que desenvolvem, como também aquele feito por outras mulheres de sua família, no âmbito da produção.

*Se eu trabalho agora? *risada*. Eu trato a criação tudo, nós temos gado, porco, galinha e as vaquinhas ali. [...] No aipim eu sempre ajudo ele. Isso é um divertimento pra mim, ir pra roça. Muitos dizem 'ah, por que tu tas ajudando?', eu digo 'eu to ajudando porque eu quero! Porque eu gosto!' (Entrevistada 3).*

“Eu cuido da casa, ajudo meus pais quando precisa na roça e vou pra feira”
(Entrevistada 7).

“A mãe geralmente fica mais com a parte financeira e pega um pouco na roça. Meu pai fica só com a parte da roça. Eu ajudo quando consigo, planto e colho” (Entrevistada 9).

O pai trabalha na roça e no rancho, a mãe trabalha dentro de casa no trabalho doméstico e quando precisa ela vai pra roça ajudar o pai. Tipo semana passada, aí eu também fui pra roça. Eu ia semeando e o pai e a mãe iam plantando. Aí quando precisa a mãe também ajuda a descascar aipim, eu também ajudo a descascar aipim (Entrevistada 10).

A autora Herrera (2014, p. 228) afirma que “as agricultoras têm papel fundamental no que concerne à manutenção e reprodução social da agricultura familiar, uma vez que as suas atividades cotidianas estão relacionadas integralmente às suas famílias e a seus estabelecimentos agrícolas”.

Como já apontado anteriormente, é possível observar a partir das respostas apresentadas nas entrevistas que as atividades das mulheres do campo em Antônio Carlos/SC não estão apenas ligadas ao âmbito de cuidado e doméstico, elas também realizam atividades em lavouras e/ou ligado ao trato com as criações - e por vezes participam inclusive dos processos de decisão pertinentes.

No entanto, as mulheres entrevistadas ao se referirem sobre as atividades desenvolvidas no cultivo, frequentemente utilizaram do termo ‘ajuda’, o que transparece subordinação em relação aos homens e invisibilidade de seus esforços e trabalho. Observa-se que elas ainda não se reconhecem como plenas executoras da parte produtiva da agricultura, tanto enquanto agricultoras e/ou trabalhadoras do campo. É possível afirmar que a realidade vivenciada por estas mulheres no âmbito rural “é marcada por muito trabalho e pouco reconhecimento” (Herrera, 2016, p. 210).

O não reconhecimento da mulher como agricultora, responsável pelo desenvolvimento de trabalhos ligados também à produção, reflete-se em um cerceamento da autonomia das mesmas em relação aos homens - o que pode ser observado em diversas dimensões de sua vida, como a política, econômica e social (Alves, 2016).

A autora Brumer (2004) afirma que o trabalho que as mulheres realizam no cultivo comumente são apresentados como ‘ajuda’, mesmo que sejam do mesmo teor daqueles executados pelo homem da família, pois são vistas como parte das responsabilidades enquanto mãe e esposa - em que se estende também as filhas.

Para além disso, por vezes é possível identificar uma clara divisão dos trabalhos realizados, sendo as mulheres geralmente associadas aos trabalhos ‘leves’ e os homens aos ‘pesados’ e com uso de maquinário agrícola - sendo esta também uma das justificativas para definir as mulheres como ‘ajudantes’ (Paulilo, 1987).

*“A gente aqui também produz farinha e melado. No caso da farinha o pai toca a maior parte, porque tem o ponto no forno, mas a mãe também ajuda. E no melado o pai que toca sozinho porque é com maquinário grande, aí a gente não se mete *risos*”* (Entrevistada 9).

A definição de trabalho ‘pesado’ ou ‘leve’ é relativa e determinada culturalmente, de forma com que na maioria das vezes as mulheres executam ambos os tipos de trabalho (Brumer, 2004). Como já apresentado pela autora Paulilo (1987, p. 70), “‘trabalho leve’ não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é ‘leve’ se pode ser realizado por mulheres e crianças”.

O acúmulo de trabalhos existente entre estas mulheres, que na maioria das vezes são exclusivamente responsáveis pelo âmbito reprodutivo/doméstico e também desenvolvem atividades produtivas, contribuem na construção de grandes obstáculos para suas participações em atividades do âmbito público, social e político. Este fato além de contribuir grandemente na restrição da autonomia das mulheres, uma vez que proporciona “privilégios” e “liberdade” masculina em troca de privações femininas (Alves, 2016), prejudica o processo de emancipação delas, que constantemente introjetam e naturalizam as desigualdades de gênero.

Nas entrevistas, quando foram perguntadas sobre suas concepções sobre o papel e importância das mulheres, ambos os grupos apresentaram respostas interessantes e que culminam em diversas reflexões. Tratando do grupo das idosas, destacam-se alguns trechos:

Eu vejo a mulher como muito importante no trabalho da casa, da roça também. Como colona eu vejo ela como central porque é ela que levanta, toma seu cafezinho, trata vaca, tira leite, volta, deixa tudo ajeitado. Faz isso, faz aquilo. Até 10h e pouco. Aí corre pra dentro, faz almoço porque a turma tá chegando. A mulher tem um papel muito importante. (Entrevistada 1).

“Eu acho que a mulher tem a mesma importância do homem. A mulher enfrenta tudo, o homem já não é tanto, é o mais pesado. Um homem já não pode ser mãe, quem dá conta do recado é a mulher.” (Entrevistada 2).

“Eu acho que as mulheres são importantes pra família, mas tem umas que podiam trabalhar mais. Claro que tem algumas que trabalham até mais do que eu, mas outras não fazem quase nada. E a família como fica?” (Entrevistada 4).

A partir de tais respostas podemos observar que todas as entrevistadas apontam as mulheres como muito importantes e centrais, mas ainda encontram-se fortemente marcadas pelas desigualdades de gênero - como apresentado em seus próprios discursos e já mencionado anteriormente. Em diversos trechos é possível identificar que, mesmo considerando-se de grande valor, os discursos de valorização das mulheres mesclam-se com posicionamentos machistas que foram reforçados e incorporados ao longo do tempo, como a ideia de que o âmbito do cuidado e da família é necessariamente uma responsabilidade feminina.

Mesmo perante os avanços significativos ocorridos ao longo da história, ainda há muito a se avançar em direção à igualdade de gênero. Atualmente, o machismo ainda se encontra presente no cotidiano das mulheres juntamente com diversos vestígios do patriarcado, carecendo de estratégias efetivas para alterar principalmente os “hábitos e pensamentos machistas que ainda estão incorporados na sociedade e acreditados até mesmo pelas mulheres, as quais foram doutrinadas a seguir esses costumes” (Fantin *et al.*, 2016, p. 1).

Em relação a mesma temática, tratando do grupo das adolescentes, destaca-se algumas respostas:

“Eu acho muito importante, que elas tracem o seu caminho e não fiquem sempre atrás de alguém” (Entrevistada 9).

Ah, eu acho que elas são importantes pra tudo. Desde lá de trás elas eram vistas como minoria mas hoje em dia elas tão ganhando espaço em tudo que é lugar, então eu acho que elas têm a mesma importância que o homem. Muitas vezes elas tem até mais potência que um homem. Eu acho que o papel da mulher é muito fundamental na sociedade (Entrevistada 10).

Eu acho que desde lá de antigamente as mulheres têm um papel muito importante, tipo todas as lutas que nós passamos. Hoje em dia temos muito mais direitos que antigamente, mas ainda assim temos menos direitos que os homens. Eu acho que se a gente não existisse, basicamente não existiria ninguém. Acho que temos tanta importância quanto os homens e muito nós não vemos isso. Acho que deveria ser algo mais igualitário, todo mundo mais igual (Entrevistada 11).

Entre as adolescentes os discursos de valorização das mulheres são ainda mais incisivos, estando presentes em todas as respostas. Neste grupo identifica-se que as noções de identidade e consciência de gênero estão mais desenvolvidas, sendo comum as entrevistadas retomarem a história de conquista de direitos das mulheres e reforçarem a necessidade de uma maior igualdade de gênero. Porém, tal avanço também é limitado, de forma com que momentaneamente ainda seja possível identificar resquícios dos costumes impostos pelo machismo durante outras falas de tais adolescentes - como no caso da utilização do termo ‘ajuda’ para tratar do trabalho desenvolvido por mulheres no cultivo.

As entrevistadas ao serem questionadas sobre o que mais influenciou a construção de sua percepção sobre as mulheres, enquanto a maior parte do grupo das idosas apresentaram a família, a tradição e a religião como centrais, no grupo das adolescentes esteve mais presente a escola e a família. Este fato reflete as alterações que vêm ocorrendo ao longo dos anos no tocante às percepções e consciência de gênero, que alteram o peso das influências sob tais mulheres conforme as gerações. Para além disso, ressalta-se a importância da educação na construção de novos conhecimentos que possam contribuir para a superação das desigualdades de gênero, sendo a escola um ambiente propício para desenvolver reflexões sobre a temática - o que merece destaque.

Por fim, na última pergunta, as entrevistadas ao serem questionadas se consideravam as mulheres suficientemente valorizadas e as alterações disto ao longo do tempo, a maior parte das respostas em ambos os grupos indica um mesmo fato:

“Podia melhorar um pouco mais ainda. Principalmente de trabalhar fora. Não pensar que os gerentes “Ah, é tudo macho”, nisso deveria melhorar mais. [...] Antes a mulher era quase como uma escrava, hoje a mulher tem mais opinião.” (Entrevistada 1).

“Não. Porque tem muito machismo. É muito pouco valorizado. Eu vejo, a mulher é muito discriminada. A gente não pode falar que são todos, mas são muitos, que não dão um pingão de valor. [...] Tá cada vez pior. Cada vez pior isso. Se isso continuar assim....” (Entrevistada 2).

Eu acho que não. O porquê? E agora? Acho que o reconhecimento deveria ser maior, porque é chuva como sol, frio ou não, a gente trabalha igual. Porque é um trabalho sim. Em relação a minha mãe, eu acho que melhorou, na época dela o trabalho era menos valorizado. Hoje em dia é um pouco mais valorizado, mas ainda precisava mais (Entrevistada 3).

“Não. Porque por exemplo em uma empresa, a mulher é desvalorizada e o homem é valorizado porque, como posso dizer, que tem mais caráter, mais força, essas coisas. Eu acho que com o tempo foi mudando, mas ainda tem que melhorar.” (Entrevistada 7).

*Não. Porque ainda somos vistas como sensíveis, dona de casa, responsáveis por cuidar dos filhos, engravidar. Coisas muito estereotipadas, nessa imagem de mulher. Então acho que não somos valorizadas do jeito que merecíamos. Eu acho que já melhorou. Minha vó conta que quando ela era mais nova ela e as irmãs que tinham que ficar em casa cuidando de tudo enquanto os irmãos homens podiam trabalhar fora. Hoje em dia é um pouco mais livre, mas não tanto também. As pessoas ainda veem as mulheres como aquelas que ficam em casa mas as mulheres já estão saindo, não estão mais ligando muito *risos*. Hoje em dia tá melhor mas ainda pode melhorar mais (Entrevistada 8).*

“Não. Porque ainda existe uma visão muito machista no mundo de hoje, toda essa criação patriarcal que teve desde lá do passado que hoje ainda existe. Eu acho que melhorou pouquíssimo, mas melhorou.” (Entrevistada 10).

Olha, eu acredito que poderiam receber um pouco mais. Porque ainda tem muita desigualdade salarial, na estrutura, na história, é uma diferença muito grande. As pessoas ainda acreditam que o lugar das mulheres é dentro de casa cuidando dos filhos e fazendo comida. Basicamente isso. Mas eu acho que já melhorou bastante (Entrevistada 12).

Das doze mulheres entrevistadas, somente duas delas - participantes do grupo das idosas -, afirmaram que as mulheres já são suficientemente valorizadas. Esta informação, somada a todas aquelas já discorridas anteriormente no presente trabalho, reforçam a necessidade de articulação de estratégias efetivas que caminhem em direção à superação das desigualdades de gênero em todos os âmbitos.

Por fim, mesmo a partir de uma realidade ainda marcada substancialmente pelas desigualdades de gênero, é possível identificar significativas alterações em relação às percepções das idosas e adolescentes entrevistadas. Ambos os dois grupos durante as entrevistas ressaltaram a importância e centralidade da mulher, no geral demonstrando uma carência de valorização, mas a partir de visões diferentes.

O primeiro grupo, das idosas, ainda refere-se à mulher principalmente como responsável pelo cuidado com a família e afazeres domésticos relacionados, transparecendo que essas responsabilidades sejam a justificativa de sua importância, como também o motivo pela qual

devem ser mais reconhecidas. Já o segundo grupo, das adolescentes, possui importantes falas já na direção de uma perspectiva que ressalta a importância da superação das desigualdades entre homens e mulheres, apontando que elas devem conquistar mais direitos e ocupar os mesmos lugares que os homens, realizando aquilo que desejam - independente dos estereótipos de gênero consolidados.

Em meio a esta diferença entre os posicionamentos é possível identificar importantes trechos entre os discursos apresentados por algumas adolescentes, que demonstram inclusive já terem realizado algum estudo prévio sobre a história das mulheres na luta por seus direitos - como por exemplo:

Acho que é toda a história das mulheres, tudo que elas passaram pra ta como ta hoje, e todas as questões que ainda acontecem hoje como feminicídio, estupro, mostram como a sociedade ainda é patriarca. Então eu acho que por essa história elas precisam conquistar o seu papel e serem iguais, né?! (Entrevistada 10).

Dessa maneira, identifica-se uma alteração na percepção de gênero entre as gerações, que está relacionada, entre outros fatores, principalmente devido a um maior acesso à educação escolar por parte das mulheres mais jovens. Quando questionadas sobre as influências que contribuíram para a construção de suas visões sobre a mulher, a escola foi citada por grande parte do grupo das adolescentes, enquanto o grupo das idosas mencionaram principalmente a igreja e a família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das entrevistas foi possível realizar importantes constatações sobre a realidade vivenciada pelas mulheres antônio-carlenses, principalmente no tocante às desigualdades de gênero, tema que o presente trabalho propôs se debruçar-se.

De forma inicial, é importante apontar o avanço em relação ao acesso à educação, enquanto dentre as seis idosas somente uma delas concluiu a 8ª série - devido principalmente a dificuldade de acesso -, nenhuma das adolescentes apontou qualquer dificuldade neste sentido, estando todas frequentando regularmente a escola. Porém, como já apontado, este acesso não se dá no e a partir do campo, pois elas não têm acesso às Escolas do Campo.

Para além disso, os apontamentos realizados pelas entrevistadas em relação aos cultivos realizados pela família nos remetem a uma alteração da dinâmica e relação com o plantio conforme as gerações. Enquanto as famílias das adolescentes, apesar de desenvolverem predominantemente a policultura, elas dependem mais do mercado para a venda dos produtos cultivados, já as idosas desenvolvem a agricultura enquanto forma de obter alimentos de maior qualidade, para a subsistência da família.

No tocante à divisão sexual do trabalho, identifica-se que a mesma ainda perpetua-se naquele espaço. Os relatos das entrevistadas de ambos os grupos apontam que as mulheres são ainda as principais responsáveis pela esfera reprodutiva e doméstica, ligada ao cuidado da casa e da família, enquanto suas atividades na esfera produtiva, nos cultivos, são comumente associadas à mera ‘ajuda’ – mesmo em situações em que elas desenvolvem um trabalho semelhante ao dos homens. Este fato reflete-se também nos responsáveis pelas decisões pertinentes ao cultivo/propriedade e dos trabalhos domésticos, em que os homens são majoritariamente responsáveis pelo primeiro, com uma pequena participação das mulheres, enquanto o segundo é um espaço exclusivo das mulheres.

Percebe-se também que as entrevistadas adolescentes apresentam percepções diferentes sobre algumas perspectivas que atravessam o gênero se comparadas às entrevistadas idosas. Mesmo que seus discursos ainda apresentam marcas históricas do machismo e do patriarcado, as mais jovens apontam já terem conquistado maior consciência sobre a necessidade de superação da divisão estereotipada entre feminino x masculino - sendo a escola como uma grande influência para isto. Mas este avanço não é suficiente, é preciso ir além.

Identifica-se e reafirma-se a necessidade de articulação de estratégias que rumam em direção a conquista de autonomia efetiva para as mulheres do campo, e não somente àquelas de Antônio Carlos/SC - é necessário fortalecer suas identidades, formas de luta e de resistência,

enquanto agricultoras e trabalhadoras do campo. Cabe ressaltar, no entanto, ser esta uma luta e um desafio primordial não apenas das mulheres, mas de toda a sociedade.

Concomitantemente a isto, apontamos a necessidade de uma ampliação das políticas de distribuição de terra e de renda, como também das políticas públicas direcionadas às mulheres do campo. Compreende-se ainda a importância das diversas formas de resistências à expansão do capitalismo no campo que reproduzem preceitos patriarcais em relação ao papel da mulher nestes espaços. Consideram-se ser estes alguns dos caminhos para a garantia de direitos das mulheres e de superação da dominação masculina nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais em espaços rurais.

Conforme apresentado pela autora Mesquita (2021, p. 5), “visibilizar o trabalho realizado por essas mulheres lhes permite ingressar na cena pública com reivindicações próprias”. De forma geral, é necessário que se efetive “um processo de emancipação, no qual as mulheres constroem novas relações não subordinadas e alcançam novas posições junto à família, ao trabalho e à comunidade (Deere; León, 2001 apud Alves, 2006). Nesta direção, evidencia-se a importância de atuação de tais mulheres enquanto sujeitos políticos, que esta constitui-se como um caminho que permite a afirmação de suas identidades e a articulação de seus interesses (Herrera, 2016), também ampliando suas participações sociais, que refletem em uma redistribuição de poder (Alves, 2006).

Destaca-se que ao longo dos anos, como resultados de diversas lutas e reivindicações, as mulheres camponesas já conquistaram importantes direitos, como o acesso à aposentadoria, ao seguro-desemprego e por invalidez, licença-maternidade remunerada, entre outros. À medida que o tempo avançava, as demandas postas por estas mulheres foram se alterando, passando a exigir o direito de participação nas políticas públicas produtivas e a construção de políticas específicas às necessidades de tal público (De Paula, 2019). Porém, mesmo com a conquista de importantes políticas públicas, muitas ainda apresentam problemas e por vezes não alcançam todas as agricultoras.

Embora legalmente as mulheres possuam o mesmo direito de acesso à terra que os homens, observa-se uma série de obstáculos para que ele aconteça de fato (Deere; León, 2002), que se apoiam no machismo arraigado em nossa sociedade. Estes obstáculos no geral estão relacionados à divisão sexual do trabalho presente no campo e constatada também em Antônio Carlos/SC, que minam o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais e geram diversos impactos negativos.

Entre estes, aponta-se que os desdobramentos das desigualdades de gênero limitam à posse de terra e propriedades tanto pela restrição econômica enfrentada por estas mulheres,

visto que seus maridos/pais as tornam dependentes ao exercer maior parte do gerenciamento das propriedades, como também pela falta de políticas públicas efetivas direcionadas a elas. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, somente 19% de todas as propriedades de terras existentes no Brasil possuem mulheres como titulares (IBGE, 2017). Em contraste a isto, salienta-se que a titularidade dos lotes e propriedades ainda se constitui como uma premissa para o acesso a diversas políticas públicas essenciais.

Dessa forma, a invisibilização e o não acesso à terra por parte das mulheres camponesas refletida no índice mencionado acima torna-se um obstáculo para que sejam direcionadas políticas a este grupo. As políticas são indispensáveis e possuem entre seus objetivos fortalecer seus papéis enquanto agricultoras, incentivar a participação dessas mulheres na gestão e trabalho das propriedades familiares como também contribuir na construção da autonomia econômica delas. Como exemplos, podemos citar políticas de acesso ao crédito rural para produção, programas de geração de renda e formação profissional, assistência técnica etc. (Cintrão; Heredia, 2006).

Como apresentado pelas autoras Moraes et al. (2018, p. 14), “a transformação social só poderá ocorrer de forma eficaz, via processos educativos, populares e coletivos”. Neste sentido, “a participação política e as intervenções dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, em geral, vêm contribuindo significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direito” (Aguiar, 2016, p. 261). Esta participação pode dar-se também através dos mais diversos espaços como sindicatos, movimentos sociais etc. - que tenham entre suas reivindicações o reconhecimento e protagonismo da mulher camponesa.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos/SC, como um espaço já consolidado e tradicional do município, é evidenciado como uma possibilidade de atuação coletiva do fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos de direitos, de forma com que se expresse com sua efetividade e dimensão de lutas. Por meio dele é possível que atividades sejam desenvolvidas a fim de trabalhar o protagonismo das mulheres tanto em suas propriedades como fora delas.

Cabe ressaltar que aliado à organização política, torna-se fundamental o fomento da perspectiva agroecológica no Município de Antônio Carlos/SC, como um caminho de grande relevância e que possui estratégias efetivas que buscam suprir as necessidades apontadas no sentido de contribuir para a redução das desigualdades sociais e de gênero. Dentre os propósitos da perspectiva agroecológica, para além daqueles ligados à produção, está a emancipação das camponesas. O conjunto de suas ações são voltadas para a valorização das atividades realizadas pelas mulheres, além da criação de diferentes oportunidades de protagonismo e de

questionamentos por parte das agricultoras das desigualdades entre os gêneros no rural (Alves, 2006).

Em consonância a este movimento podemos também apontar o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) como importante espaço para construção de vivências, que possui suas lutas alinhadas com a construção de um projeto de agricultura camponesa baseado nos princípios da agroecologia. Mas, para além disso, o MMC questiona fortemente o patriarcado, afirma a auto-organização das mulheres e as reconhece enquanto sujeitos políticos (Pacheco, 2009).

A implementação de Escolas do Campo em Antônio Carlos/SC também se faz necessária, visto que elas se constituem como um importante espaço para formação social e política dos indivíduos, que possibilitaria a nutrição de diversas reflexões pertinentes à realidade vivida, como o fortalecimento da identidade camponesa e a divisão sexual do trabalho - aspectos em que as desigualdades de gênero estão diretamente imbricadas.

A ampliação da participação econômica, política, cultural e social, a distribuição de terras, as políticas públicas, a adoção de práticas agroecológicas e o estabelecimento de Escolas do Campo são mudanças que requerem tempo, especialmente considerando a realidade brasileira, em que ainda predominam práticas convencionais de agricultura e forte divisão sexual do trabalho. No entanto, para que seja possível avançar em direção da superação das desigualdades de gênero, torna-se urgente ampliar as estratégias para que essas mudanças se tornem possíveis no município de Antônio Carlos/SC.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf . Acesso em: 06 out. 2023.
- ADÃO, Nilton Manoel Lacerda. **Movimento das Mulheres Camponesas e a semeadura de novas perspectivas: os significados da (re) produção de sementes crioulas para as mulheres no oeste catarinense**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92313>. Acesso em: 05 mai. 2023.
- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261, 2016. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1913287784/fulltextPDF/760ADEC4B68244E4PQ/1?accountid=26642>. Acesso em: 04 out. 2023.
- _____. STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. **Gênero e geração em contextos rurais**, v. 1, p. 1-22, 2010. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 24 out. 2023.
- ALVES, Giovana Sitó *et al.* O trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades. **Revista Sures**, n. 11, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/909>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- ALVES, Nicole Fossile. **Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar de base agroecológica**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167807>. Acesso em: 01 out. 2023.
- ANTONIO, Gerson José Yunes *et al.* O protagonismo das mulheres rurais. Realidade atemporal: o caso de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. **Boletín de Estudios Geográficos**, n. 113, p. 69-89, 2020. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/beg/article/view/3863>. Acesso em: 05 maio 2023.
- ANTÔNIO CARLOS, Prefeitura Municipal de. **Rede de Ensino**. Antônio Carlos, 2022. Disponível em: <https://www.antoniocarlos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/43537>. Acesso em: 27 mar. 2014.
- BARATA, Rita Barradas. Relações de gênero e saúde: desigualdade ou discriminação. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**, p. 73-94, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/48z26/pdf/barata-9788575413913.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 11 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 28 set. 2023.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BURG, Inês Claudete; LOVATO, Paulo Emilio. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/issue/view/39>. Acesso em: 13 set. 2023.

CALDART, Roseli Salete *et al.* Educação do campo. **Dicionário da educação do campo**, v. 2, p. 257-265, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Quem são os Deputados**. Brasília: Palácio do Congresso Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=&legislatura=57&sexo=F>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 06 out. 2023.

CINTRÃO, Rosângela; HEREDIA, Beatriz. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, 2006, p. 01-28. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>. Acesso em: 17 out. 2023.

CIMA, Justina Inês. PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NA EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA – MMC/SC: Possíveis contribuições enquanto Esquerda no Século XXI. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos)**. Florianópolis, 2021. Disponível em:

https://www.en.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1610838919_ARQUIVO_67288b3a7d6f37e254cb1f9b8a719740.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

CINELLI, Catiane. Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. **Grifos**, v. 22, n. 34/35, p. 37-49, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967125003.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais / Antonio Chizzotti**. 4. ed. - São Paulo: Cortez Editora, 2000.

DA SILVA, Jemima Gonçalves *et al.* MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC): UMA ANÁLISE CONCEITUAL DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 7, n. 7, 2019. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/8919>. Acesso em: 05 mai. 2023.

DA VEIGA SILVA, Vivian. As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de gênero na contemporaneidade. **Revista Feminismos**, v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33391>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DE ALMEIDA, Marisangela Lins. Mulheres do campo, sindicalismo e ação política: a construção histórica da categoria trabalhadora rural: Rural working women, syndicalism and political action: the historical construction of the female rural worker category. **Caminhos da História**, v. 26, n. 1, p. 165-184, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3699>. Acesso em: 20 set. 2023.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina**. Universidade Nacional da Colômbia, 2002.

DE PAULA, Larissa Araújo Coutinho. As margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 100-121, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6657>. Acesso em: 17 out. 2023.

DE QUEIROZ, Fernanda Marques *et al.* “TUDO MUDA, MAS NADA MUDA”: A DESIGUAL PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO TRABALHO DOMÉSTICO. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22503>. Acesso em: 24 out. 2023.

ELICHER, Maria Jaqueline *et al.* **Os desafios da transição agroecológica na agricultura familiar em Antônio Carlos, SC**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/84071>. Acesso em: 27 mar. 2023.

FANTIN, Gabriela *et al.* Conquistas e atuais desafios do movimento feminista. **Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/16522/8870>. Acesso em: 02 out. 2023.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria. "É sempre bom ter o nosso dinheirinho": sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 9-24, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/SgLpt8bCCN8BStV7rQGx3ss/#>. Acesso em: 22 set. 2023.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252017000200013&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 05 mai. 2023.

FILHO, Augusto Neves Pêgas. **Diagnóstico socioambiental do município de Antônio Carlos-SC**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental), Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em:

http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/866/augusto_neves_pegas_filho.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina-Brasil**. Tese de Doutorado (Pós-Graduação), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1720>. Acesso em: 05 mai. 2023.

GÊNERO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. 2023. Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=g%C3%AAnero>. Acesso em: 01 abr. 2023.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Editora Record, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2006. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/nera/rev08.php>. Acesso em: 15 set. 2023.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208-233, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2491>. Acesso em: 15 set. 2023.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, p. 139-156, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n. 7, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/opus4/frontdoor/index/index/docId/44477>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

HORA, Karla *et al.* As mulheres no censo agropecuário 2017. **Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA): Friedrich Ebert Stiftung**, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355154/69822227/HORA%2C+NOBRE+E+BUTTO+CENSO+2017.pdf/f391dda1-c8f8-6e51-117f-f221042e5a0e>. Acesso em: 27 out. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuário.html?edicao=9828>. Acesso em: 11 abr. 2023.

_____. Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuário.html>. Acesso em: 11 abr. 2023

_____. **Cidades e Estados: Antônio Carlos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/antonio-carlos.html>. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____. **Pesquisa Nacional de Saúde de 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>. Acesso em: 11 abr. 2023.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 11 abr. 2023.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=20652&t=o-que-e>. Acesso em: 13 abr. 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar de 2021**. Brasil: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 11 abr. 2023.

_____. **Censo da Educação Superior de 2019**. Brasil: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 11 abr. 2023.

_____. **Censo da Educação Superior de 2021**. Brasil: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 11 abr. 2023.

KLEIN, Janaina Luiza. **O Catolicismo e a reprodução da desigualdade de gênero nas relações sociais de mulheres que vivem sua religiosidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2021. Disponível em:

<http://www.uel.br/ces/sersocial/pages/arquivos/JANAINA%20LUZIA%20KLEIN.pdf>.

Acesso em: 27 set. 2023.

LAGO, Mara Coelho de Souza *et al.* Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 19, p. 357-366, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/paideia/a/Xtmb8LDdvL3SzPMWdq6PbRc/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 27 mar. 2023.

LEMOS, Carolina Teles. Religião e Patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 11, n. 2, p. 201-217, 2013. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2795>.

Acesso em: 27 set. 2023.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Michelle Pinto. As mulheres na Ciência da Computação. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 793-816, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/JKgXjGHZjJBQvwNKyVTTymp/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71722/40669>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Trabalho no contexto rural: quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no oeste catarinense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social).

Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/119390>. Acesso em: 05 mai. 2023.

MESQUITA, Ana Catharina dos Santos. Mulheres do Campo e o acesso à terra como caminho de garantia de direitos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, 1-11, 2021.

Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/view/9>. Acesso em: 17 out. 2023.

MORAES, Lorena Lima de *et al.* Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste. **Interritórios**, v. 4, n. 6, p. 6-31, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interritorios/article/view/236734>. Acesso em: 04 out. 2023.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 149-160, 2018. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46662/31125>. Acesso em: 10 abr. 2023.

NASCIMENTO, Diocélia Antônia Soares do; MOTA, Dalva Maria da. O conceito de autonomia em estudos sobre mulheres. **Caribeña de Ciencias Sociales**, Enero, 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/01/autonomia-estudos-mulheres.html>. Acesso em: 19 set. 2023.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 4-8, 2009. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2019/10/Agriculturas_Dez_Site_EdConvidado-1.pdf. Acesso em: 04 out. 2023.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

QUEM SOMOS: Aqui você pode conferir quem constrói o MMC. **MMC, Movimento de Mulheres Camponesas**. [s.d.]. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/quem-somos-e-nossa-missao/>. Acesso em: 05 maio 2023.

RAMOS, Flavia Soares. Do campo à academia, da academia ao campo: as mulheres na agroecologia. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 43-65, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/28129>. Acesso em: 05 maio 2023.

REITZ, Raulino. **Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial**. Florianópolis: Ed. Lunardelli/Ed. da UFSC, 1988.

RODRIGUES, Iram Jácome; LIMA, Jacob Carlos. Os sindicatos na sociedade contemporânea. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 4-5, Junho 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhKL/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

_____. **O poder do macho**. Ministério Público do Estado da Bahia, 1987.

_____. ALMEIDA, Suely Souza de. Violência de gênero: poder e impotência. *In: Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, p. 353-402, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/brf6bb9VzDCHMSmLbb8GHLF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052017000400210&script=sci_arttext. Acesso em: 28 set. 2023

SCHETZ, Dayanne. Política (s) de nacionalização e integralismo em Antônio Carlos: Abrasileiramento? **Revista Santa Catarina em História**, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/671>. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____. **Um passado presente: a construção de identidades e memórias na cidade de Antônio Carlos (1980-2014)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural), Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135123>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS, R. S. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. **Seminário internacional fazendo gênero**, v. 10, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371853408_ARQUIVO_TextoFazendogenero10.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/bcL3xCGRTmszpnrKpJ9HKkw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2023.

SCOTT, Joan Wallach; URSO, Graziela Schneider. Gênero. **Albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 26, p. 177-186, 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/14704/9901>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott—Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. 1989.

SENSATO, Elisa de Jesus Garcia. **Entre promessas e contradições: dilemas da ação política na trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé-MG**. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2013. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4198>. Acesso em: 20 set. 2023.

SÍGOLO, Vanessa Moreira; GAVA, Thais; UNBEHAUM, Sandra. Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual. **Cadernos Pagu**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/jgB4hTT5v4S8q5F9kcPLVMn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. A situação das filhas na transmissão do patrimônio na agricultura familiar. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. Disponível em:

http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST3/Rosani_Marisa_Spavevello_03.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1046>. Acesso em: 24 out. 2023.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 127–152, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9qWCTLfw8Qvr9bTspS9dSsd/?lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2023.

VALANDRO, Andressa Bertoncello; BADALOTTI, Rosana Maria; TONEZER, Cristiane; FROHLICH, Egon Roque. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na defesa da soberania alimentar. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, p. 71-88, 2018. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/768>. Acesso em: 05 maio 2023.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Prefácio**. In: PARRY, Scott; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 11-16. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 24 out. 2023.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Unb, 1997.

APÊNDICE I - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Qual sua localidade de residência?
4. Qual sua escolaridade?
5. Qual sua religião?
6. Qual seu estado civil?
7. Existe alguma forma de organização ou associação de agricultores/as familiares em sua região? (Você ou algum outro integrante da família participa delas ou de algum movimento social e/ou sindicato?) Se sim, quem participa?
8. Você participa de alguma maneira em atividades de sua comunidade? (Como em atividades da igreja etc.) De que forma? Algum outro integrante da família também participa? Quem? De que forma?
9. Você trabalha? Se sim, em que?
10. Que tipo de cultivo/produção predomina em sua propriedade? (o que é plantado, produzido? Utilizam agrotóxicos na produção? A produção é agroecologia, produção orgânica etc.)
11. Descreva as atividades/trabalho que cada membro da família desenvolve na propriedade. Que tipo de trabalho você desenvolve?
12. O trabalho desenvolvido por você é semelhante ao que sua mãe desenvolveu? Quais eram as atividades/trabalho que ela desenvolvia ou desenvolve?
13. Quem decide sobre as questões relativas à produção agrícola? Quem decide sobre os trabalhos domésticos, horta, sementes etc.? Na sua opinião, quais são as principais responsabilidades das mulheres em relação à família e ao trabalho atualmente?
14. Você se sente satisfeita em relação ao seu trabalho ou gostaria de desenvolver outras atividades/trabalho?
15. Qual sua concepção sobre o papel e importância das mulheres? Em que espaços elas poderiam contribuir mais?
16. O que mais lhe influencia a ter essa percepção sobre as mulheres? (Religião, família, tradição etc.)
17. Você considera que as mulheres são suficientemente valorizadas? Por quê? Em relação a isso, você considera que houve alguma alteração em relação à sua mãe e à sua avó?

APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ADOLESCENTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
Campus Universitário– Trindade – 88040-900 – Florianópolis – SC – Brasil

TERMO DE CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES NO CAMPO: a realidade do município de Antônio Carlos/SC a partir do olhar de diferentes gerações”. Vale salientar que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará qualquer prejuízo.

O objetivo central desta pesquisa é investigar as desigualdades de gênero que ocorreram, e ocorrem, ao longo das gerações de agricultores/as familiares em Antônio Carlos/SC, buscando analisar as percepções, os papéis e as experiências vivenciadas por homens e mulheres na agricultura familiar da região. Para tal, será aplicado um questionário com adolescentes e idosas de Antônio Carlos/SC que possuem relação com agricultura.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário de 17 questões que tem como propósito obter informações que respondam o objetivo geral desta pesquisa. O questionário será entregue de forma impressa de forma antecipada a sua aplicação para conhecimento da temática a ser abordada. Durante a realização do mesmo, será realizada gravação de áudio para que ocorra um registro completo das narrativas - que agregarão nas reflexões finais do estudo.

Os resultados desta pesquisa serão utilizados na análise final do trabalho de conclusão de curso da estudante Maria Eduarda Dimon, orientado pela Professora Doutora Sirlândia Schappo, podendo ser utilizados em outros trabalhos, publicados e/ou apresentados em eventos científicos. No entanto, as informações apresentadas serão sempre agregadas e não permitirão a identificação individual das participantes - sempre prezando pelo respeito à integridade e preservando suas identidades.

Todas as informações coletadas por meio do questionário e gravação de áudio serão tratadas de forma confidencial. Os dados serão armazenados de maneira segura e apenas a pesquisadora e sua orientadora terão acesso a eles. Na divulgação dos resultados, garante-se o anonimato e respeito às participantes, que terão suas identidades preservadas.

Se lhe restar qualquer dúvida ou desejo de maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail: marieduardadimon@gmail.com, ou pelo WhatsApp: (48) 99866-8602.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Maria Eduarda Dimon
Graduanda em Serviço Social - UFSC
Pesquisadora

Sirlândia Schappo
Professora do Departamento de Serviço Social UFSC
Orientadora

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa.

Observações:

1. Seu nome será preservado.
2. Os dados fornecidos pelo estudante/Instituição serão utilizados na construção da análise final do trabalho de conclusão de curso da estudante Maria Eduarda Dimon, podendo ser utilizados em outros trabalhos, publicados e/ou apresentados em eventos científicos.

Nome completo da Participante da pesquisa:

Nome Completo do/a responsável legal da entrevistada:

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura do/a responsável legal da Entrevistada

Antônio Carlos, _____ de _____ de 2023.

APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - IDOSAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
Campus Universitário– Trindade – 88040-900 – Florianópolis – SC – Brasil

TERMO DE CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES NO CAMPO: a realidade do município de Antônio Carlos/SC a partir do olhar de diferentes gerações”. Vale salientar que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará qualquer prejuízo.

O objetivo central desta pesquisa é investigar as desigualdades de gênero que ocorreram, e ocorrem, ao longo das gerações de agricultores/as familiares em Antônio Carlos/SC, buscando analisar as percepções, os papéis e as experiências vivenciadas por homens e mulheres na agricultura familiar da região. Para tal, será aplicado um questionário com adolescentes e idosas de Antônio Carlos/SC que possuem relação com agricultura.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário de 17 questões que tem como propósito obter informações que respondam o objetivo geral desta pesquisa. O questionário será entregue de forma impressa de forma antecipada a sua aplicação para conhecimento da temática a ser abordada. Durante a realização do mesmo, será realizada gravação de áudio para que ocorra um registro completo das narrativas - que agregarão nas reflexões finais do estudo.

Os resultados desta pesquisa serão utilizados na análise final do trabalho de conclusão de curso da estudante Maria Eduarda Dimon, orientado pela Professora Doutora Sirlândia Schappo, podendo ser utilizados em outros trabalhos, publicados e/ou apresentados em eventos científicos. No entanto, as informações apresentadas serão sempre agregadas e não permitirão a identificação individual das participantes - sempre prezando pelo respeito à integridade e preservando suas identidades.

Todas as informações coletadas por meio do questionário e gravação de áudio serão tratadas de forma confidencial. Os dados serão armazenados de maneira segura e apenas a pesquisadora e sua orientadora terão acesso a eles. Na divulgação dos resultados, garante-se o anonimato e respeito às participantes, que terão suas identidades preservadas.

Se lhe restar qualquer dúvida ou desejo de maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail: marieduardadimon@gmail.com, ou pelo WhatsApp: (48) 99866-8602.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Maria Eduarda Dimon
 Graduanda em Serviço Social - UFSC
 Pesquisadora

Sirlândia Schappo
 Professora do Departamento de Serviço Social UFSC
 Orientadora

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa.

Observações:

1. Seu nome será preservado.
2. Os dados fornecidos pelo estudentel/Instituição serão utilizados na construção da análise final do trabalho de conclusão de curso da estudante Maria Eduarda Dimon, podendo ser utilizados em outros trabalhos, publicados e/ou apresentados em eventos científicos.

Nome completo da Participante da pesquisa: _____

Assinatura da Participante da pesquisa

Antônio Carlos, _____ de _____ de 2023.